C.P.L.
Fls. 01

GOVERNO DE PIUM

CHAMADA PUBLICA 001/2025-PMP

PROCESSO Nº006/2025

OBJETO: Chamada publica visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicidade volante. Gravações de vinhetas e divulgações das ações da prefeitura municipal de Pium-To.

C.P.L.
Fls. 02

PROTOCOLO	Número: 6/2025	Data: 06/01/2025
Interessado: **********		
Origem:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PROTOCOLO	
Assunto:	LICITAÇÕES	
CHAMADA PUBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE VOLANTE, GRAVAÇÕES DE VINHETAS E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM TO. 63		

C.P.L.
Fls. 03

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

AUTUAÇÃO PROCESSO

Ao Departamento de Compras e Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL de PIUM – TO, Estado do Tocantins, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, **autua** o presente processo de credenciamento da seguinte forma:

Processo Administrativo.....	*06/2025*
Credenciamento Nº.....	*06/2025*
Objeto.....	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM**
Solicitante.....	EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Responsável	FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Data	*13/01/2025*

O processo de credenciamento será instruído com a autuação de todos os documentos necessários, devidamente numerados em ordem crescente, de modo a atender ao disposto da Lei federal nº 14.133/2021.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito municipal

C.P.L.
Fls. 04

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA- DFD		
ORGÃO: Prefeitura Municipal de PIUM - TO		
UNIDADE REQUISITANTE:	**CARGO**	**NOME**
Sec. Municipal de Administração	Secretário de Administração	EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Fundo de saúde	Gestor do fundo de Saúde	DIONE RIBEIRO DA SILVA
Fundo de Educação	Gestora do Fundo de Educação	ELIANE ARAUJO DO MONTE PALMA SILVA

OBJETO DA DEMANDA:	
A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA EM VÍCULOS LEVES, PESADOS E MÁQUINAS EM GERAL PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM.	
NATUREZA DO OBJETO A SER CONTRATADO:	(X) Serviço não continuado ( ) Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra. ( ) Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra. ( ) Material de consumo ( ) Material Permanente/equipamento ( ) Obras e outros investimentos

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM

A contratação se justifica pela necessidade desses serviços para a manutenção das secretarias do município e Fundos, sem a qual poderá prejudicar as atividades desenvolvidas pelas secretarias desta municipalidade. Os serviços deverão respeitar os quantitativos descritos nas especificações abaixo

C.P.L.
Fls. 05

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	PREFEITRUA				
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.**	12	mensal	R$ 1.200,00	14.400,00

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE SAÚDE				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE EDUCAÇÃO				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

	FUNDO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.				

PREVISÃO DA DATA, E LOCAL PARA O INÍCIO DOS SERVIÇOS
Os serviços serão prestados no município de Pium, sempre que quando solicitado pela secretaria municipal de Administração e Fundos;

DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Informações complementares sobre a contratação estarão disponíveis no Termo de Referência e edital.

Pium , 13 de Janeiro de 2025.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito municipal

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

TERMO DE REFERÊNCIA
CRENDECIAMNETO
Processo nº 006/2025

1. DEMANDANTE:

1.1. Demandante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM

Solicitante: EDVAN GOMES DE OLIVEIRA / ELIANE A.DO MONTE PALMA SILVA . DIONE RIBEIRO DA SILVA

2. OBJETO

2.1. **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM.**

2.2. modalidade credenciamento de Licitação encontra-se fundamentada no art. 79, parágrafo I da Lei 14.133/21

3. DAS CONDIÇÕES, QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES E JUSTIFICATIVA

3.1. Os serviços serão executados do Município de PIUM.

3.2. O serviço se justifica face ao interesse público para alertar a população de campanhas de vacinas bem como outras informações que venha o município e fundos ter interesse em repassar aos munícipes, e devido o município não dispor de veículos de sonorização.
3.3. A especificação está de acordo com a relação encaminhada pelo setor de solicitante.

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	PREFEITRUA				
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM**	12	mensal	R$ 1.200,00	14.400,00

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

	PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.				

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE SAÚDE				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE EDUCAÇÃO				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

C.P.L.
Fls. 09

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços deverão ser prestados em ruas e avenidas do município bem como em palestras de segunda a sexta feira em horário comercial.
4.2.A empresa CONTRATADA deverá estar situada dentro do perímetro urbano do município.
4.3. Caberá às unidades interessadas da Contratante, solicitar os serviços do veículo que passará pela ruas e avenidas, através de ordem de fornecimento
4.4. A Contratada, por intermédio de suas unidades competente, de posse do Contrato e solicitação, fará o serviço especificado de acordo com as normas e práticas dos serviços. Tendo cautela na entrega dos mesmos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os objetos do presente termo serão prestados, com requisitos mínimos especificados, conforme a seguir:

a) Os serviços deste objeto, deverão ser de acordo com a demanda da contratante, sendo que a contratada deverá ter uma planilha de controle com data em que se prestou o serviço.

b) Toda documentação produzida relativa ao objeto deste Termo de Referência será de propriedade da Prefeitura Municipal de PIUM e será entregue, na forma impressa e em meio magnético.

6. REQUISITOS DA PROPOSTA

6.1 As propostas deverão ser apresentadas em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras e entrelinhas, datadas, identificadas e assinadas na última folha.
6.2 só serão aceitas propostas enviadas por email: cplpium2021@gmail.com.
6.3 A proposta entregue fora da data e horário limite de apresentação serão desconsideradas;
6.4Fazer menção ao número deste Processo e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax e, se houver, e-mail, e o respectivo endereço com CEP, e, com a indicação do banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta corrente do Banco.
6.5 Preço (s) unitário(s) e total(is) proposto(s) para o(s) objeto(s) ofertado(s), expressos em reais, junto aos quais considerar-se-ão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos, seguros, fretes, garantias, fornecimento de certidões e documentos, encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, gastos com transporte e acondicionamento dos materiais em embalagens adequadas, encargos de qualquer natureza etc.).
6.6 Prazo de validade da proposta **não inferior a 60 (sessenta)** dias corridos. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.

C.P.L.
Fls. 10

6.7 Deverá ser a presentado junto a proposta todas as certidões de regularidade fiscal, cartão CNPJ, contrato social, documentos pessoais dos sócios e administrador da empresa e alvará de funcionamento.

7. DA NOTA DE EMPENHO

7.1 Homologada o processo, a Proponente vencedora será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias retirar a(s) Nota(s) de Empenho(s).

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes com a contratação do objeto deste credenciamento de licitação correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo relacionadas, aprovadas em Lei, na seguinte função Programática:
DOTAÇÃO: PREFEITURA: 03.0002 / 04.122.0003.2006 / 339039 / DC.39 / FONTE 1.500.0000.000000. **EDUCAÇÃO**: 08.0040 / 12.122.0003.2024 / 339039 / DC.492 / FONTE 1.500.1001.000000. **SAÚDE**: 04.0020 / 10.122.0003.2082 / 339039 / DC.335 / FONTE 1.500.1002.000000.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (A)

As obrigações da **CONTRATADO (A)**:

9.1. Executar os serviços do objeto valendo-se das melhores técnicas, zelo e ética, com garantia e qualidade, atendendo as especificações ou termos de referências, fornecidos pela Contratante, complementado com a proposta apresentada. Na sede da contratante.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATNTE

As obrigações da **CONTRATANTE**:

10.1 Providenciar os pagamentos devidos ao CONTRATADO, nos prazos estipulados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados a prestação dos serviços pelo responsável pela fiscalização.

10.2 Fiscalizar e acompanhar a entrega dos produtos, por intermédio de servidor designado especialmente para este fim.

10.3 Comunicar ao CONTRATADO, através do executor designado, toda e quaisquer irregularidades ocorridas na devida entrega.

10.4 Designar o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos objetos.

11 SUBCONTRATAÇÃO

C.P.L.

11.2 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.2 As infrações e sanções administrativa será aplicada ao contratado conforme o previsto nos artigos 155 e 156 da lei nº 14. 133/2021;

12.3 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 Lei nº 14.133/2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

12.4 Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere ao item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

13 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.2 Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 156 da Lei 14.133/2021 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação conforme art. 166 da lei 14.133/2021;

13.3 O recurso de que trata o item anterior será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

13.4 Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 156 da lei 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento conforme art. 167 da lei 14.133/2021;

14 DA PUBLICAÇÃO

14.2 Para a eficácia da contratação a mesma deverá ser publicada conforme o disposto no art. 43 Inciso I e II do Decreto Municipal 132/2021que regulamenta a aplicação da lei federal nº 14. 133 de 1º de abril de 2021 no âmbito do município de PIUM – TO, Estado do Tocantins conforme segue:

14.3 Quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei Nº 14.133/2021 no PNCP se referir a aviso, autorização ou extrato, a publicidade dar-se-á através de sua publicação no Diário Oficial do Município , sem prejuízo de sua tempestiva disponibilização no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local, se houver;

C.P.L.
15.12

GOVERNO DE PIUM

14.4 Quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei Nº 14.133/2021 no PNCP se referir a inteiro teor de documento, edital, contrato ou processo, a publicidade dar-se-á através de sua disponibilização integral e tempestiva no Portal da Transparência do Município, sem prejuízo de eventual publicação no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local, se houver.

15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.2 O presente termo de referência elaborado pela equipe técnica de contratação segue aprovado e assinado pelo responsável da unidade administrativa solicitante da demanda.

PIUM - TO – TO, 13 de Janeiro de 2025.

EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Sec. De Administração

C.P.L.
Fls. 13

PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO: RONY GLEISOM CORDOSO DOS SANTOS

ENDREÇO: RUA BELOHORIZONTE CETOR OSTE PGMIL-TO

CNPJ 36.580.104/0001-60

Telefone: (63) 999488331

Apresentamos proposta ao município de pium/TO

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM- TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.**	12	mensal	2.000,00	24.000,00

Proposta válida por 60 dias

DATA: 03 de Janeiro de 2025

RONY GLEISOM CORDOSO DOS SANTOS

C.P.L.
Fls. 14

PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO: ADÃO PEREIRA ROCHA - MEI

ENDREÇO: RUA DONA ANA FERREIRA DE CARVALHO Nº2 CETOR CHAO DE ESTRELA

CNPJ: 18.737.480/0001-33

Telefone: (63) 98485-6957

Apresentamos proposta ao município de pium/TO

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitári	Valor Total
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.**	12	mensal	1.200,00	14.400,00

Proposta válida por 60 dias

DATA: 03 de Janeiro de 2025

Adão P. Rocha

ÁDÃO PEREIRA ROCHA - MEI

CNPJ 18.737.480/0001-33

CPL
Fls. 15

PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO: ERISLANDO MENDES DA SILVA

ENDREÇO: RUA GENESIO BARROS SETOR CHÃO DE ESTRELA PIUM -TO

CNPJ 27.368.947/0001-06

Telefone: (63) 98437-1314

Apresentamos proposta ao município de pium/TO

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.**	12	mensal	2.000,00	24.000,00

Proposta válida por 60 dias

DATA: 03 de Janeiro de 2025

Erislando Mendes da Silva

ERISLANDO MENDES DA SILVA

CNPJ 27.368.947/0001-06

C.P.L.
Fls. 16

PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO: RONY GLEISOM CORDOSO DOS SANTOS

ENDREÇO: RUA BELOHORIZONTE CETOR OSTE PGMIL-TO

CNPJ 36.580.104/0001-60

Telefone: (63) 999488331

Apresentamos proposta ao Fundo de saúde de pium/TO

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.**	12	mensal	2.000,00	24.000,00

Proposta válida por 60 dias

DATA: 03 de Janeiro de 2025

RONY GLEISOM CORDOSO DOS SANTOS

C.P.L
Fls. 17

PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO: ERISLANDO MENDES DA SILVA

ENDREÇO: RUA GENESIO BARROS SETOR CHÃO DE ESTRELA PIUM -TO

CNPJ 27.368.947/0001-06

Telefone: (63) 98437-1314

Apresentamos proposta ao Fundo de saúde de pium/TO

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.**	12	mensal	1.000,00	12.000,00

Proposta válida por 60 dias

DATA: 03 de Janeiro de 2025

Erislando Mendes da Silva

ERISLANDO MENDES DA SILVA

CNPJ 27.368.947/0001-06

C.P.L.
Fls. 18

PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO: ADÃO PEREIRA ROCHA - MEI

ENDREÇO: RUA DONA ANA FERREIRA DE CARVALHO Nº2 CETOR CHAO DE ESTRELA

CNPJ: 18.737.480/0001-33

Telefone: (63) 98485-6957

Apresentamos proposta ao Fundo de saúde de pium/TO

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitári	Valor Total
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.**	12	mensal	800,00	9.600,00

Proposta válida por 60 dias

DATA: 03 de Janeiro de 2025

Adão P. Rocha

ADÃO PEREIRA ROCHA - MEI

CNPJ 18.737.480/0001-33

C.P.L.
15. 19

PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO: RONY GLEISOM CORDOSO DOS SANTOS

ENDREÇO: RUA BELOHORIZONTE CETOR OSTE PGMIL-TO

CNPJ 36.580.104/0001-60

Telefone: (63) 999488331

Apresentamos proposta ao Fundo de Educação de pium/TO

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.**	12	mensal	2.000,00	24.000,00

Proposta válida por 60 dias

DATA: 03 de Janeiro de 2025

RONY GLEISOM CORDOSO DOS SANTOS

C.P.L.
Fls. 20

PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO: ERISLANDO MENDES DA SILVA

ENDREÇO: RUA GENESIO BARROS SETOR CHÃO DE ESTRELA PIUM -TO

CNPJ 27.368.947/0001-06

Telefone: (63) 98437-1314

Apresentamos proposta ao Fundo de Educação de pium/TO

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.**	12	mensal	1.000,00	12.000,00

Proposta válida por 60 dias

DATA: 03 de Janeiro de 2025

Erislando Mendes da Silva

ERISLANDO MENDES DA SILVA

CNPJ 27.368.947/0001-06

C.P.L.
Fls. 21

PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO: ADÃO PEREIRA ROCHA - MEI

ENDREÇO: RUA DONA ANA FERREIRA DE CARVALHO Nº2 CETOR CHAO DE ESTRELA

CNPJ: 18.737.480/0001-33

Telefone: (63) 98485-6957

Apresentamos proposta ao Fundo de Educação de pium/TO

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitári	Valor Total
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.**	12	mensal	800,00	9.600,00

Proposta válida por 60 dias

DATA: 03 de Janeiro de 2025

Adão P. Rocha

ADÃO PEREIRA ROCHA - MEI

CNPJ 18.737.480/0001-33

C.P.L.
Fls. 22

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM

PREÇOS DE REFERÊNCIA

Considerando os dispostos no **art. 23 da lei nº 14.133/2021,** foi feito pesquisas de preços em **empresas do ramo pertinente ao objeto mencionado**, para constatar que proposta apresentada esta compatível com os valores praticados no mercado, e ficou comprovado que a proposta para a prestação de serviço é bem vantajosa para administração. Conforme segue planilha em anexos de cotações.

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	PREFEITRUA				
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.**	12	mensal	R$ 1.200,00	14.400,00

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE SAÚDE				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

C.P.L.
Fls. 23

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE EDUCAÇÃO				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

PREÇO DE REFERÊNCIA TOTAL: R$ 33.600,00
(trinta e três mil e seiscentos reais).

Feito a pesquisa ficou constatado que os valores ofertados estão dentro do praticado no estado do Tocantins para a presente prestação de serviços, ficando assim escolhido como preço de referência os valores unitários da tabela acima.

PIUM - TO – TO, 03 de Janeiro de 2025.

EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Sec. De Administração

C.P.L.
Fls. 24

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA- DFD		
ORGÃO: Prefeitura Municipal de PIUM - TO		
UNIDADE REQUISITANTE:	**CARGO**	**NOME**
Sec. Municipal de Administração	Secretário de Administração	EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Fundo de saúde	Gestor do fundo de Saúde	DIONE RIBEIRO DA SILVA
Fundo de Educação	Gestora do Fundo de Educação	ELIANE ARAUJO DO MONTE PALMA SILVA

OBJETO DA DEMANDA:	
A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA EM VÍCULOS LEVES, PESADOS E MÁQUINAS EM GERAL PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM.	
NATUREZA DO OBJETO A SER CONTRATADO:	(X) Serviço não continuado ( ) Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra. ( ) Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra. ( ) Material de consumo ( ) Material Permanente/equipamento ( ) Obras e outros investimentos

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM

A contratação se justifica pela necessidade desses serviços para a manutenção das secretarias do município e Fundos, sem a qual poderá prejudicar as atividades desenvolvidas pelas secretarias desta municipalidade. Os serviços deverão respeitar os quantitativos descritos nas especificações abaixo

C.P.L.
Fls. 25

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	PREFEITRUA				
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE Pium DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.**	12	mensal	R$ 1.200,00	14.400,00

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE SAÚDE				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE SAUDE DO MUNICÍPIO de PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE EDUCAÇÃO				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

	FUNDO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.				

PREVISÃO DA DATA, E LOCAL PARA O INÍCIO DOS SERVIÇOS
Os serviços serão prestados no município de Pium, sempre que quando solicitado pela secretaria municipal de Administração e Fundos;

DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Informações complementares sobre a contratação estarão disponíveis no Termo de Referência e edital.

Pium , 03 de Janeiro de 2025.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito municipal

C.P.L.
Fls. 27

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

TERMO DE REFERÊNCIA
CRENDECIAMNETO
Processo nº 006 /2025

1. DEMANDANTE:

1.1. Demandante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM

Solicitante: EDVAN GOMES DE OLIVEIRA / ELIANE A.DO MONTE PALMA SILVA . DIONE RIBEIRO DA SILVA

2. OBJETO

2.1. **A contratação DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM.**

2.2. modalidade credenciamento de Licitação encontra-se fundamentada no art. 79, parágrafo I da Lei 14.133/21

3. DAS CONDIÇÕES, QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES E JUSTIFICATIVA

3.1. Os serviços serão executados do Município de PIUM.

3.2. O serviço se justifica face ao interesse público para alertar a população de campanhas de vacinas bem como outras informações que venha o município e fundos ter interesse em repassar aos munícipes, e devido o município não dispor de veículos de sonorização.
3.3. A especificação está de acordo com a relação encaminhada pelo setor de solicitante.

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	PREFEITRUA				
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES**	12	mensal	R$ 1.200,00	14.400,00

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

	SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.				

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE SAÚDE				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE EDUCAÇÃO				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços deverão ser prestados em ruas e avenidas do município bem como em palestras de segunda a sexta feira em horário comercial.
4.2.A empresa CONTRATADA deverá estar situada dentro do perímetro urbano do município.
4.3. Caberá às unidades interessadas da Contratante, solicitar os serviços do veículo que passará pela ruas e avenifdas, através de ordem de fornecimento
4.4. A Contratada, por intermédio de suas unidades competente, de posse do Contrato e solicitação, fará o serviço especificado de acordo com as normas e práticas dos serviços. Tendo cautela na entrega dos mesmos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os objetos do presente termo serão prestados, com requisitos mínimos especificados, conforme a seguir:

a) Os serviços deste objeto, deverão ser de acordo com a demanda da contratante, sendo que a contratada deverá ter uma planilha de controle com data em que se prestou o serviço.

b) Toda documentação produzida relativa ao objeto deste Termo de Referência será de propriedade da Prefeitura Municipal de PIUM e será entregue, na forma impressa e em meio magnético.

6. REQUISITOS DA PROPOSTA

6.1 As propostas deverão ser apresentadas em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras e entrelinhas, datadas, identificadas e assinadas na última folha.
6.2 só serão aceitas propostas enviadas por email: cplpium2021@gmail.com.
6.3 A proposta entregue fora da data e horário limite de apresentação serão desconsideradas;
6.4Fazer menção ao número deste Processo e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax e, se houver, e-mail, e o respectivo endereço com CEP, e, com a indicação do banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta corrente do Banco.
6.5 Preço (s) unitário(s) e total(is) proposto(s) para o(s) objeto(s) ofertado(s), expressos em reais, junto aos quais considerar-se-ão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos, seguros, fretes, garantias, fornecimento de certidões e documentos, encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, gastos com transporte e acondicionamento dos materiais em embalagens adequadas, encargos de qualquer natureza etc.).
6.6 Prazo de validade da proposta **não inferior a 60 (sessenta)** dias corridos. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.

6.7 Deverá ser a presentado junto a proposta todas as certidões de regularidade fiscal, cartão CNPJ, contrato social, documentos pessoais dos sócios e administrador da empresa e alvará de funcionamento.

7. DA NOTA DE EMPENHO

7.1 Homologada o processo, a Proponente vencedora será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias retirar a(s) Nota(s) de Empenho(s).

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes com a contratação do objeto deste credenciamento de licitação correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo relacionadas, aprovadas em Lei, na seguinte função Programática:
DOTAÇÃO:ADM: 03.0002 / 04.122.0003.2006 / 339039 / DC.39 / FONTE 1.500.0000.000000. EDUCAÇÃO: 08.0040 / 12.122.0003.2024 / 339039 / DC.492 / FONTE 1.500.1001.000000. SAÚDE: 04.0020 / 10.122.0003.2082 / 339039 / DC.335 / FONTE 1.500.1002.000000

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (A)

As obrigações da **CONTRATADO (A)**:

9.1. Executar os serviços do objeto valendo-se das melhores técnicas, zelo e ética, com garantia e qualidade, atendendo as especificações ou termos de referências, fornecidos pela Contratante, complementado com a proposta apresentada. Na sede da contratante.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATNTE

As obrigações da **CONTRATANTE**:

10.1 Providenciar os pagamentos devidos ao CONTRATADO, nos prazos estipulados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados a prestação dos serviços pelo responsável pela fiscalização.

10.2 Fiscalizar a prestação de serviços, por intermédio de servidor designado especialmente para este fim.

10.3 Comunicar ao CONTRATADO, através do executor designado, toda e quaisquer irregularidades ocorridas na devida entrega.

10.4 Designar o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos objetos.

11 SUBCONTRATAÇÃO

11.2 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.2 As infrações e sanções administrativa será aplicada ao contratado conforme o previsto nos artigos 155 e 156 da lei nº 14. 133/2021;

12.3 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 Lei nº 14.133/2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

12.4 Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere ao item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

13 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.2 Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 156 da Lei 14.133/2021 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação conforme art. 166 da lei 14.133/2021;

13.3 O recurso de que trata o item anterior será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

13.4 Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 156 da lei 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento conforme art. 167 da lei 14.133/2021;

14 DA PUBLICAÇÃO

14.2 Para a eficácia da contratação a mesma deverá ser publicada conforme o disposto no art. 43 Inciso I e II do Decreto Municipal 132/2021que regulamenta a aplicação da lei federal nº 14. 133 de 1º de abril de 2021 no âmbito do município de PIUM – TO, Estado do Tocantins conforme segue:

14.3 Quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei Nº 14.133/2021 no PNCP se referir a aviso, autorização ou extrato, a publicidade dar-se-á através de sua publicação no Diário Oficial do Município , sem prejuízo de sua tempestiva disponibilização no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local, se houver;

14.4 Quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei Nº 14.133/2021 no PNCP se referir a inteiro teor de documento, edital, contrato ou processo, a publicidade dar-se-á através de sua disponibilização integral e tempestiva no Portal da Transparência do Município, sem prejuízo de eventual publicação no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local, se houver.

15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.2 O presente termo de referência elaborado pela equipe técnica de contratação segue aprovado e assinado pelo responsável da unidade administrativa solicitante da demanda.

PIUM - TO – TO, 03 de Janeiro de 2025.

EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Sec. De Administração

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

CHAMAMENTO PÚBLICO
MUNICIPIO DE PIUM
MINUTA DE EDITAL DE CREDENCIMENTO N.º XXX/2025 PROCESSO Nº 006/2025
Dia XX/XX/XXXX a partir das XX:XX hs

Edital de chamamento público visando o credenciamento de pessoas jurídicas para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM.**

O Município de PIUM, OS FUNDOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE , através do agente de contratação, comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas **jurídicas CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM**.

1 OBJETO

1.1 Este procedimento tem por objeto o credenciamento de jurídicas para **jurídicas CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM**.

2. PRAZO DE VIGÊNCIA E PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

2.1 O credenciamento permanecerá aberto durante o prazo e nos termos estabelecidos no subitem **2.2.**, para pessoas jurídicas para serviços, observada a necessidades do Município .

2.2 - O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo quaisquer e jurídica, durante esse prazo e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, solicitar seu credenciamento. O prazo de vigência deste instrumento poderá ser prorrogado, a critério do Município.

2.3 Integram o presente edital, os seguintes anexos:

I – Planilha com locais, serviços e valores;

II – Formulário de Inscrição para Credenciamento (jurídica);

III – Termo de Declaração de Disponibilidade e Compromisso (jurídica);

IV – Declaração de Idoneidade (jurídica);

V - Declaração de que não existe fato superveniente impeditivo (jurídica);

VI – Minuta do Termo de Credenciamento;

VII – Minuta de Contrato de Prestação de Serviços.

3 CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

Poderão participar do presente credenciamento, jurídicas para serviços de lavagem de veículos, devidamente habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, com regularidade jurídico fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público, que satisfaçam as condições fixadas neste edital e

MINUTA

C.P.L.
Fls 34

anexos e, que aceitem as normas estabelecidas pelo Município de PIUM, devendo apresentar os seguintes documentos durante o período de vigência do credenciamento.

3.1 Pessoas jurídicas para serviços

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a Tributos e Contribuições Federais e à Divida Ativa da União;
b) Certidão Negativa de Débito de Tributos Estaduais;
c) Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais;
d) Certidão Negativa de Débito INSS (CND);
e) Certidão de Regularidade do FGTS;
f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitido pela Justiça do Trabalho.
g) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
h) Alvará de funcionamento expedido pelo Município sede;
j) Cartão de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
i) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
j) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

3.3 Os documentos constantes dos itens 3.1 e 3.2 poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, ou apresentação de cópia normal acompanhado dos originais para autenticação por componente da Comissão de contratação.

3.4 O prazo para a habilitação ao credenciamento inicia com a publicação deste edital ficando aberto aos demais interessados em caráter permanente.

3.5 Não existirão limite de número de pessoas jurídicas para os serviços a serem credenciadas.

4 IMPEDIMENTOS

3.1 Não poderá exercer a atividade, ainda que indiretamente, por meio do credenciamento, nos termos da lei 14.133/2021, pessoas físicas e jurídicas que for:

a) servidor público do Município de PIUM ou do Município ;

b) agente político em exercício de mandato eletivo.

3.2 O credenciado que venha a se enquadrar nas situações previstas nos itens 2.1, terá suspensa a respectiva atividade, enquanto perdurar o impedimento.

3.3 O credenciado deverá comunicar imediatamente à Gestão do Município o seu impedimento, fazendo jus à remuneração do trabalho até então realizado, de acordo com o fixado no Anexo I – Remuneração dos serviços.

4 DA ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

4.1 Torna-se implícito que os proponentes que responderem ao CREDENCIAMENTO, concordam integralmente com os termos do presente edital e seus anexos.

5. DA ANALISE E AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS

5.1 Os interessados ao credenciamento serão avaliados em conformidade com a entrega da documentação, pela Comissão de contratação nomeada através de decreto para selecionar prestadores de serviços.

MINUTA

C.P.L.
Fls. 35

5.2 Do Procedimento e Julgamento
Toda documentação mencionada no presente Edital, inclusive a que comprova o preenchimento do anexo II, deverá ser entregue na Prefeitura, Municipal de PIUM, junto a comissão de contratação a partir do dia xxx/xxx/xxxxx às 08:00 horas.

5.3 Da Habilitação

5.3.1 Após a análise da documentação e estando esta em conformidade com os requisitos estipulados neste Edital, a Comissão contratação convocará o habilitado para a assinatura do Termo de Credenciamento. Em caso de indeferimento do pedido, o interessado poderá interpor recurso à Comissão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do resultado em diário da Prefeitura Municipal de PIUM.

5.3.2 O resultado do presente credenciamento será afixado no diário da Prefeitura Municipal de PIUM, após a emissão do relatório conclusivo de avaliação e homologação da habilitação.

5.3.3 Se algum habilitado se recusar a assinar o termo credenciamento, faculta-se o Municipio de PIUM, independentemente de aviso, notificação, ou interpelação judicial ou extrajudicial, convocar para assinatura o habilitado subseqüente e imediato para atender o objeto especificado, conforme prever a lei 14.133/2021.

6 DOS RECURSOS

6.1 Das decisões do presente credenciamento caberá recurso, nos termos da lei 14.133/21

6.2 Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente fundamentada e subscrita pelo concorrente, ou por procurador habilitado na forma da Lei.

7. DO CREDENCIAMENTO E CONTRATAÇÃO

7.1 Após analise da documentação e com base no Relatório Conclusivo serão credenciados os interessados que preencham os requisitos previstos no presente Edital e seus anexos, de acordo com as necessidades do Município.

7.2 Os interessados que forem habilitados ao credenciamento serão **contratados por meio de instrumentos de prestação de serviços de prazo determinado**, com vigência a partir da assinatura do Termo Contratual, onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, podendo o contrato ser rescindido, a qualquer tempo, sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens ou indenizações.

7.3 A presente Chamada Pública terá a validade de 12 (*doze*) meses, durante o qual o Município de PIUM não será obrigado a Contratar os serviços objeto da Chamada, podendo fazê-lo mediante outra chamada quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie aos credenciados ou, cancelar o ato, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantindo ao credenciado, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

7.4 Serão de inteira responsabilidade dos prestadores de serviços, os danos causados diretamente aos pacientes, à instituição contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O Município pagará aos contratados, em até 15 (quinze) dias do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços

MINUTA

ou Recibo, os valores líquidos que lhes forem devidos, pelos serviços efetivamente prestados;

8.2 As despesas das contratações oriundas do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO: PREFEITURA: 03.0002 / 04.122.0003.2006 / 339039 / DC.39 / FONTE 1.500.0000.000000. **EDUCAÇÃO**: 08.0040 / 12.122.0003.2024 / 339039 / DC.492 / FONTE 1.500.1001.000000. **SAÚDE**: 04.0020 / 10.122.0003.2082 / 339039 / DC.335 / FONTE 1.500.1002.000000.

9. DAS SANÇÕES

9.1 A recusa do(a) credenciado(a) em assinar o Contrato no prazo estabelecido, o(a) impedirá de participar de novas chamadas ou licitações pelo prazo de 12 (*doze*) meses junto a este Município ou Fundos deste Município.

9.2 O(a) CONTRATDOA) ficará sujeito(a) as seguintes penalidades caso deixe de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas em Contrato, sendo:

a) Multa de 1% (*um por cento*) sobre o valor contratual, a cada dia do não início da prestação de serviços no prazo estipulado, até o limite de 20% (*vinte por cento*) quando então, será decretada a rescisão unilateral do Contrato, por culpa exclusiva do(a) CONTRATADO(A);

b) Multa de 3% (*três por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, o(a) CONTRATADO(A) infringir qualquer das demais obrigações contratuais;

c) Suspensão do direito de participar de licitações e/ou Contratos em qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de 2 (*dois*) anos, quando, por culpa do(a)a CONTRATADO(A) ocorrer a suspensão ou a rescisão administrativa;

d) As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

e) Quando o valor total das multas aplicadas atingirem o percentual de 20% (*vinte por cento*) do valor contratual, incluindo o subitem, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato.

10. DA APLICAÇÃO DE MULTA

Quando da aplicação de multa, o **CONTRATANTE** notificará o(a) **CONTRATADO(A)** que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia ao Município através da Diretoria dos Serviços de Saúde. Mantida a aplicação da multa, caberá no mesmo prazo, recurso à autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, o(a) **CONTRATADO(A)** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recolher à Tesouraria do **CONTRATANTE** o valor correspondente à multa, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis, podendo o **CONTRATANTE** inclusive, reter pagamento de fatura, até o efetivo pagamento da multa, como garantia do recebimento desta.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

MINUTA

C.P.L.
Fls. 37

11.1 O Município poderá, a qualquer tempo, motivadamente, adiar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular o presente processo, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for.

11.1.1 O Município poderá, **a qualquer tempo**, realizar novos credenciamentos, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital.

11.2 Toda informação referente ao presente credenciamento será fornecida pelo Município através da Comissão de contratação.

11.3 É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente Edital.

O extrato do presente Edital será publicado no Diário Oficial do estado, e afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de PIUM/TO.

PIUM, Estado do Tocantins, xx de xxxxxxxxx de 2025.

MINUTA

Agente de contratação

C.P.L.
Fls. 38

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

ANEXO I – Remuneração dos serviços

Pelos serviços prestados os credenciados farão jus aos seguintes valores:

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	PREFEITRUA				
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.**	12	mensal	R$ 1.200,00	14.400,00

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE SAÚDE				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE EDUCAÇÃO				

MINUTA

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

Os serviços serão prestados na cidade de PIUM em horário pré definidos pelos fundos e município.

MINUTA

Gestora

C.P.L.
Fls. 40

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
Povo Forte, União que Move!

ANEXO II

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO/PJ

À COMISSÃO DE CONTRATACÃO DO MUNICIPIO DE PIUM – TO,

O Sr. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,** (profissão), CRM/xx xxxxx, domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxxxx, cidade de xxxxxxxxxx/xxxx, que a esta subscreve, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços _____ (integrantes do Anexo I).

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de Chamamento para Credenciamento de serviços de carro de som da prefeitura, fundo de Saúde e educação do município de PIUM Atenciosamente.

xxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxx de xxxx.

_____

Assinatura com carimbo

MINUTA

C.P.L.
41

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE/PF

A Comissão de contratacão do Municipio de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital XXX/2025

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, (profissão), CRM/xx xxxx, abaixo assinado, em atendimento ao edital do processo acima especificado, DECLARA, sob as penas da Lei que se encontra em perfeita disponibilidade para imediata execução dos serviços objetos do certame, caso venha a ser declarado **APTO**.

xxxx/xx, xx de xxxxxxx de xxxx.

MINUTA

_____
Assinatura com carimbo

CPL
42

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE/PF

A Comissão de contratacão do Municipio de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital XXX/2025

Através do presente, o(a) Sr(a)....., inscrito no CPF sob nº....., residente....., nº....., Bairro....., Município ...../....., declara sob penas da lei , que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente credenciamento bem como, estar ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

...../....., ... de ..... de .....

_____
Assinatura com Carimbo

MINUTA

C.P.L.
Fls. 43

GOVERNO DE PIUM
ADMI 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO/PF

A Comissão de contratação do Municipio de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital XXX/2025

O(a) ....., ...(Endereço Completo), portador da carteira de identidade n.º..... e inscrito no CPF/MF sob n.º ....., ao fim assinado, declara, sob as penas da Lei, para fins de participação do certame levada a efeito pelo Edital de Chamada Pública n.º XXX/2025 que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

...../....., ... de ..... de .....

MINUTA

_____
Assinatura com Carimbo

C.P.L.
Fls. 44

GOVERNO DE PIUM
ADM: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

ANEXO II

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO/PJ

À COMISSÃO DE CONTRATACÃO DO MUNICIPIO DE PIUM – TO.

A ____ com sede e foro na ___ (rua,etc) da cidade de ___ Estado ___ por seu ___ (cargo) Sr(a). ____, que a esta subscreve, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços consistentes na área de _____ (integrantes do Anexo I).

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de Chamamento para Credenciamento de carro de som da prefeitura, fundo de Saúde e educação do município de PIUM

Atenciosamente.

_____ - ___, __ de _____ de _____.

_____

Assinatura e carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

MINUTA

C.P.L.
Fls. 45

GOVERNO DE PIUM
ADMI 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE/PJ

A Comissão de contratação do Municipio de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital XXX/2025

A ____ com sede e foro na ___ (rua,etc) da cidade de ___ Estado ___ por seu ___ (cargo) Sr(a). _____, em atendimento ao edital do processo acima especificado, DECLARA, sob as penas da Lei que se encontra em perfeita disponibilidade para imediata execução dos serviços objetos do certame, caso venha a ser declarada **APTO**.

_____, ____ de _____ de _____.

_____
Assinatura e carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

MINUTA

C.P.L
Fls 46

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE/PJ

A Comissão de contratação do Municipio de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital XXX/2025

A ____ com sede e foro na ___ (rua, etc) da cidade de ___ Estado ___ por seu ___ (cargo) Sr(a). _____, declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente credenciamento bem como, estar ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

...../....., ... de ..... de .....

_____
Asinatura e Carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

MINUTA

C.P.L.
Fls. 47

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO/PJ

A Comissão de contratação do Municipio de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital XXX/2025

A ____ com sede e foro na _____ (rua, etc) da cidade de ___ Estado ___ por seu _____ (cargo) Sr(a). _____, declara, sob as penas da Lei, para fins de participação do certame levada a efeito pelo Edital de Chamada Pública n.º XXX/2025 que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

...../....., ... de ..... de .....

_____
Assinatura e Carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

MINUTA

C.P.L.
Fls. 48

ANEXO VI – TERMO DE CREDENCIAMENTO

MUNICIPIO DE PIUM, Estado do Tocantins, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Avenida _____, Setor _____ PIUM, Estado do Tocantins, cadastrado no CNPJ/MF, sob o nº_____, ora representado pela Gestora **Sra.** _____, portadora do CPF sob nº _____ e da RG. sob nº _____ SSP/TO, residente e domiciliada nesta cidade doravante denominado **MUNICIPIO** e, de outro lado, _____, CPF/CNPJ nº _____, CRM/____ nº ____, doravante denominado(a) simplesmente **CREDENCIADO (A)**, celebram este Termo de Credenciamento para a prestação dos serviços _____, vinculado ao Edital de Chamamento Público n° XXX/2025 e de conformidade com a Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto municipal 132/2021 de 10 de agosto de 2021, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

Cláusula Primeira O presente Termo tem por objeto a realização, pela(o) **CREDENCIADA(O)**, dos serviços de _____

PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula Segunda O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta meses).

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Terceira São obrigações do **MUNICIPIO** :

I – disponibilizar a estrutura, materiais e condições necessárias a boa execução dos serviços do(a) credenciado(a);

II – pagar os honorários de acordo com o previsto no Anexo I – Remuneração, dos serviços.

Cláusula Quarta São obrigações da **CREDENCIADO(A)**:

I - Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

II - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao pessoal que o MUNICIPIO designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções.

Cláusula Quinta Pelos serviços ora ajustados, o **CREDENCIADO (A)** será remunerada exclusivamente de acordo com o disposto no do Anexo I – Remuneração dos serviços, não podendo reclamar do Município qualquer outro valor a esse título.

DA RESCISÃO

Cláusula Sexta Este Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo, mediante termo próprio e notificação prévia de 30 (trinta) dias, desde que atendida a conveniência do **FUNDO**

MINUTA

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

Cláusula Sétima Será rescindido o presente Termo, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito à indenização, por parte da **CREDENCIADO(A)**, se este:

I - não cumprir regularmente quaisquer das obrigações assumidas neste Termo;

II - subcontratar os serviços, sem autorização do **MUNICIPIO ,** ou, em qualquer hipótese, transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Credenciamento;

III - executar os serviços com imperícia técnica;

IV - paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos;

V - demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade técnica ou má fé;

VI - atrasar injustificadamente a execução dos serviços.

Cláusula oitava O MUNICIPIO poderá, ainda, rescindir este Termo na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas por lei.

NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS

Cláusula Décima Aplicam-se a esse termo de credenciamento as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições do Edital de Chamamento Público nº XXX/2025, e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos.

FORO DE ELEIÇÃO

Cláusula Décima Primeira Para questões ou litígios decorrentes do presente credenciamento fica eleito o Foro da Comarca de Porto Nacional, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

PIUM, _____ de _____ de 2025.

_____
Municipio

_____
Credenciado(a)
CRM/___ _____

MINUTA

C.P.L
Fls. 30

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

ANEXO VII
MINUTA TERMO DE CONTRATO Nº _____/2025.

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICIPIO DE PIUM, Estado do Tocantins, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Avenida _____, Setor _____ PIUM, Estado do Tocantins, cadastrado no CNPJ/MF, sob o nº 12.463.676/0001-09, ora representado pela Gestora **Sra.** _____, portadora do CPF sob nº _____ e da RG. sob nº _____ SSP/TO, residente e domiciliada nesta cidade, denominado CONTRATANTE, e _____, _____, _____, _____, _____, e inscrito no CPF/CNPJ sob o n.º _____, com sede e foro/residente e domiciliado na _____, _____, cidade de _____/____, denominado CONTRATADO(A), firmam o presente instrumento para prestação de serviços na área da saúde, conforme seguintes cláusulas e condições.

DO FUNDAMENTO JURÍDICO DO CONTRATO - O presente contrato público de prestação de serviços é firmado nos termos da Lei nº 14.133/2021 e federal nº 11.878 e decretos municipais, através do Chamamento Público Edital nº XXX/2025.

Fundamenta-se ainda o presente contrato de prestação de serviços, em autorização legislativa consubstanciada na inclusão de dotação orçamentária específica para contratação de serviços de terceiros, não configurando assim, qualquer vínculo empregatício ou de admissão de pessoal, ainda que indiretamente.

Para todos os efeitos legais e para melhor caracterização dos serviços, bem assim definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, como todos os seus anexos, os seguintes documentos: Chamamento Público 001/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente instrumento tem por objeto a contratação de Jurídica para prestar de serviços de lava jato para lavagem dos veículos do fundo de Saúde do município de PIUM, no município de PIUM/TO, nas dependências do CONTRATANTE, para atendimento à pacientes de livre demanda;

§ 1º - O(A) CONTRATADO(A) declara que aceita prestar os serviços, objeto deste contrato, com total observância do regime do CONTRATANTE.

§ 2º - Os serviços serão prestados: na cidade de PIUM, conforme demanda mandada pelo fundo de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO(A):

MINUTA

O(A) CONTRATADO(A) deverá iniciar o atendimento imediatamente após assinatura do Termo contratual;

§ 1º - deverá manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

§ 2º - O(A) CONTRATADO(A) proporcionará todas as facilidades necessárias ao pessoal que o CONTRATANTE designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

§ 1º - Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas as informações que se fizerem necessárias para a realização completa da execução do contrato;

§ 2º - Reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, caso verifique que os mesmos não estejam em conformidade com o estabelecido neste instrumento, sem que caiba qualquer indenização ou ressarcimento ao (a) CONTRATADO(A);

§ 3º - Notificar por escrito ao (a) CONTRATADO (A) da aplicação de eventuais multas, da suspensão da execução dos serviços e da sustação do pagamento;

§ 4º - Efetuar o pagamento de conformidade com o contrato;

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO:

Os serviços, que tenham sido regularmente prestados conforme o estipulado na "CLÁUSULA PRIMEIRA" serão pagos ao (a) CONTRATADO(A), pelo CONTRATANTE, o preço justo e acertado, mediante apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços ou Recibo competentemente atestado por servidor credenciado conforme valores abaixo:

Item	Descritivo	Qtd	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	PREFEITRUA				
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVUL-**	12	mensal	R$ 1.200,00	14.400,00

MINUTA

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM

	GAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.				

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE SAÚDE				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE EDUCAÇÃO				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITANIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATIVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

MINUTA

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:
O pagamento ao (a) CONTRATADO(A) será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços;

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO:
O (A) CONTRATANTE poderá fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste TERMO, inclusive, a efetiva realização dos serviços prestados;

Parágrafo único - A fiscalização de que trata esta "CLÁUSULA" terá por objeto, notadamente, a qualidade da prestação dos serviços bem como o controle *"a posteriori"* da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao (a) CONTRATADO(A) integral responsabilidade e eficiência técnica da prestação assistencial realizados, assim, a faculdade de tal fiscalização, mesmo quando exercida, não elidirá, nem reduzirá, a responsabilidade de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência não implicará jamais co-responsabilidade do CONTRATANTE;

CLÁUSULA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES:
Mediante termo aditivo, o presente ajuste será modificado pelas partes, sempre que ocorrer alteração do Termo de Contratação;

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE:
O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida, do contrato, bem como de termo aditivo, se for o caso, e outras determinadas em lei;

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES:
A inobservância, pelo (a) CONTRATADO(A), de qualquer cláusula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o CONTRATANTE a aplicar a seu critério, penalidades e sanções previstas em Lei:

§ 1º - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta CLÁUSULA não elidirá o direito de o CONTRATANTE exigir o ressarcimento integral das perdas e danos que o fato gerador da sanção acarretar para ele ou terceiro; pela inexecução total ou parcial do Contrato, o **CONTRATANTE** poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao (a) **CONTRATADO(A)** as sanções previstas em Lei;

§ 2º - O (A) CONTRATADO(A) ficará sujeito as seguintes penalidades caso deixe de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas em Contrato, sendo:

a) - **Multa de 1%** (*um por cento*) **sobre o valor contratual, a cada dia do não início da prestação de serviços no prazo estipulado,** até o limite de 20% (*vinte por cento*) quando então, será decretada a rescisão unilateral do Contrato, por culpa exclusiva do(a) CONTRATADO(A);

b) - Multa de 3% (*três por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, o(a) CONTRATADO(A) infringir qualquer das demais obrigações contratuais;

MINUTA

c) Suspensão do direito de participar de licitações e/ou Contratos em qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de 2 (*dois*) anos, quando, por culpa do(a) CONTRATADO(A) ocorrer a suspensão ou a rescisão administrativa;

d) As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

e) Quando o valor total das multas aplicadas atingirem o percentual de 20% (*vinte por cento*) do valor contratual, incluindo o § 2º, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato.

CLÁUSULA DECIMA - DA APLICAÇÃO DE MULTA
Quando da aplicação de multa, o **CONTRATANTE** notificará o(a) **CONTRATADO(A)** que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia ao Município através da Diretoria do Serviços de Saúde. Mantida a aplicação da multa, caberá no mesmo prazo, recurso à autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, o(a) **CONTRATADO(A)** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recolher à Tesouraria do **CONTRATANTE** o valor correspondente à multa, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis, podendo o **CONTRATANTE** inclusive, reter pagamento de fatura, até o efetivo pagamento da multa, como garantia do recebimento desta.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA VIGENCIA
O presente Termo terá vigência a contar da data de sua assinatura, extinguindo seus efeitos em _____.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA RESCISÃO:
Pela sua inexecução total ou parcial o presente contrato será rescindido em qualquer tempo, através de ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados lei 14.133/2021.

Parágrafo Único: Mediante simples aviso extra-judicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias poderá haver a rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, precedida de autorização escrita e fundamentada da gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
As despesas das contratações oriundas do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: **PREFEITURA**: 03.0002 / 04.122.0003.2006 / 339039 / DC.39 / FONTE 1.500.0000.000000. **EDUCAÇÃO**: 08.0040 / 12.122.0003.2024 / 339039 / DC.492 / FONTE 1.500.1001.000000. **SAÚDE**: 04.0020 / 10.122.0003.2082 / 339039 / DC.335 / FONTE 1.500.1002.000000, constantes do presente orçamento e para os exercícios subsequentes, pela dotação que vier a ser alocada para atender as obrigações da mesma natureza.

Parágrafo Único: O presente contrato tem o valor estimado para seu período de vigência de ___/___/____ a ___/___/____ em **R$** _____(por extenso), com base nos dados estipulados(s) na(s) cláusula(s) própria(s), segundo os preços de cotações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

MINUTA

C.P.L.
Fls. 55

O presente TERMO foi celebrado em conformidade com as suas cláusulas contratuais e ciência das partes envolvidas.

Parágrafo único: Os casos omissos e quaisquer dúvidas advindas deste Termo Contratual serão resolvidos pela legislação em vigor incidente à matéria, elegendo-se, para tanto, o Foro da Comarca de Porto Nacional/TO.

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente Termo Contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, abaixo ratificado pela partes contratantes, para que surta seus efeitos.

PIUM/TO, ___ de _____ de _____.

_____
Município
CONTRATANTE

_____
CONTRATADO

Testemunhas:

1._____
2._____

MINUTA

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

PARECER JURÍDICO

ASSUNTO: Chamada Pública – Processo nº006/2025
SOLICITADO: Assessoria Jurídica.
SOLICITANTE: Prefeitura Municipal de Pium/TO – Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Saúde.
OBJETO: Chamada Pública visando cadastramento de pessoas jurídicas para contratação de empresa para prestação de serviços de propaganda volante por meio de carro de som, observadas as necessidades do Município.

I – DO PROCESSO

Vieram os autos da Chamada Pública para cadastramento de pessoas jurídicas para posterior credenciamento e contratação, mediante documentação e pedido de inscrição para prestação de serviços de confecção de prótese dentária parciais ou totais para atender as demandas das unidades básica de saúde, com o projeto brasil sorridente.

Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:

I) Minuta de Edital;
II) Minuta do Contrato;
III) Termo de Referência;
IV) Estudo Preliminar.

É o necessário a relatar. Passo a opinar.

II. FUNDAMENTAÇÃO

II.I. DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados

Nadia

ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio dos textos de editais, de minutas de contratos e de seus anexos, quando for o caso.

A função da Consultoria Jurídica do Município é apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Nesse sentido vale lembrar que o Enunciado nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU recomenda que:

> "o Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto".

De fato, presume-se que os estudos técnicos contidos no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento de seu objeto, suas características e requisitos, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Além disso, vale esclarecer que, em regra, não é atribuição desta Procuradoria exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Cabe-lhes, isto sim, observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Assim sendo, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é

C.P.L.
Fls. 58

que sejam juntadas ou citadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos bem como os atos normativos que estabelecem as respectivas competências, com o fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto. Todavia, a ausência de tais documentos, por si, não representa, a priori, óbice ao desenvolvimento do processo.

Por fim, com relação à atuação desta Procuradoria é importante informar que, embora as observações e recomendações expostas **não possuam caráter vinculativo**, constituem importante instrumento em prol da segurança da autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações, ressaltando-se, todavia, que o seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

II.II. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Seguindo, cabe registrar que a licitação consiste em um procedimento administrativo em que, respeitados os princípios que regem a Administração Pública, em especial a igualdade entre os participantes (isonomia), deve ser selecionada a melhor proposta dentre as apresentadas pelos interessados em contratar com as entidades governamentais.

A adoção de licitação prévia à celebração de contratos de obras, serviço compras e alienações pela Administração Pública é regra geral em nosso ordenamento jurídico, imposta diretamente pela Constituição Federal (art. 37, XXI), senão vejamos:

> "XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;"

Nadia

Do mandamento constitucional, podemos extrair, dentre outros, dois pilares de sustentação jurídica, quais sejam a possibilidade de a administração pública poder selecionar a proposta mais vantajosa para seus próprios interesses - princípio da supremacia dos interesses públicos, e poder ofertar igualdade de competição aos interessados em contratar com a administração pública – princípio da isonomia.

Muito embora a regra geral para se contratar com a Administração Pública exija aos pretensos contratantes submeter-se à realização de licitação, a própria Lei nº. 14.133/2021, traz algumas hipóteses, em casos excepcionais, em que não é necessária a realização do procedimento licitatório para a contratação com a Administração Pública. Trata-se dos casos de **dispensa e de inexigibilidade de licitação** devidamente insertos nos arts. 74 e 75, da Lei nº 14.133/2021, respectivamente.

Nos termos desse parecer, o fulcro reside na possibilidade de utilização da inexigibilidade de licitação, a ser realizada por meio de chamamento público, para o credenciamento de pessoas jurídicas, nos termos consignados no objeto do Edital.

A proposta de Inexigibilidade de licitação tem fundamento jurídico no caput do art. 74, da Lei Federal nº. 14.133/2021, senão vejamos:

> **Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:**

Extrai-se do dispositivo que, este é enfático ao afirmar que, em caso de inviabilidade de competição, torna-se inexigível a licitação, porém, conforme mencionado no Termo de Referência, o credenciamento se caracteriza por inviabilidade de competição, haja vista que todos os interessados do ramo pretendido, que atenderem ao Edital, podem se credenciar, para prestação dos serviços.

Como se vê, a inviabilidade de competição deve estar inequivocamente comprovada nos autos pela autoridade competente, devendo ser analisada em cada caso concreto, não sendo possível, portanto, a definição, em tese, da possibilidade da contratação direta pretendida com base na hipótese legal do art. 25 da Lei nº 8.666/1993 ou do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Se existirem outros potenciais interessados, a contratação direta pode ser considerada inexigível se não houver possibilidade de seleção objetiva entre as diversas alternativas existentes. Cita-se, por exemplo, o credenciamento de médicos e hospitais

Nadia

pelos órgãos militares. Nesse sentido, o art. 74 da Lei nº 14.133/2021 autoriza o gestor público, após comprovada a inviabilidade de competição, a contratar diretamente o objeto da licitação:

> PARECER n. 0003/2017/CNU/CGU/AGU (NUP: 00671.000641/2014-75) EMENTA: ADMINISTRATIVO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. CREDENCIAMENTO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES AOS MILITARES E DEPENDENTES. VIGÊNCIA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO: POSSIBILIDADE DE PRAZO INDETERMINADO. NÃO SUJEIÇÃO AOS LIMITES DE PRORROGAÇÃO DO ART. 57, INCISO II, DA LEI 8.666/93. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONTINUIDADE DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. REAJUSTE: POSSIBILIDADE DE NÃO PREVISÃO PELO EDITAL DA APLICAÇÃO AUTOMÁTICA DE ÍNDICE OU ÍNDICE ESPECÍFICO. NÃO OBRIGATORIEDADE DE PESQUISA DE MERCADO PARA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS. I- É possível a utilização do credenciamento para a prestação de serviços de assistência-médico hospitalar aos militares e seus dependentes (Decreto nº 95.512/1986), por inexigibilidade de licitação decorrente da inviabilidade de competição, em razão da ausência de exclusão de interessados. II - É admissível o estabelecimento de vigência indeterminada ao credenciamento, com inexistência de prazo limite para que os interessados possam comparecer e se credenciar perante a Administração Pública, sem prejuízo de alteração ulterior das regras de credenciamento. III – vigência das contratações firmadas com o fornecedor credenciado não será fixada, necessariamente, em instrumento contratual de serviços contínuos, com base no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Nessa hipótese, as contratações ocorrerão autonomamente a cada demanda pela prestação do serviço, seguindo a regra própria e, quando pertinente, adotando instrumentos aptos à substituição do contrato, conforme admitido pelo artigo 62 da Lei nº 8.666/93. IV - As peculiaridades do segmento econômico afeto ao objeto do credenciamento tornam desnecessário que o edital imponha a aplicação automática de índice ou índice específico para determinados itens ou serviços, havendo respaldo legal para que o instrumento convocatório preveja atualização anual de preços pela Administração, com isso assegurando-se que os valores praticados no âmbito do

credenciamento só se alterem em caso de real necessidade e que os valores continuem efetivamente compatíveis com a realidade do setor. V - É desnecessária a realização de prévia e formal pesquisa de mercado para atualização anual dos preços, tendo, por outro lado, a Administração o dever de instruir os autos com justificativa da adequação dos preços praticados ou propostos.

O instituto do credenciamento é notoriamente uma das modalidades de inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 74, IV, da Lei nº. 14.133/2021, porquanto vislumbra a inviabilidade de competição em decorrência da contratação de todas as entidades que atenderem os requisitos estabelecidos no edital chamamento, sendo recomendada sua adoção pela Corte de Contas e pela doutrina, conforme salienta Jacoby Fernandes (FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Contratação direta sem licitação: modalidades, dispensa e inexigibilidade de licitação. 5. ed. Brasília: Editora Brasília Jurídica, 2000, p. 532):

> "Se a Administração convoca todos os profissionais de determinado setor, dispondo-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam os requisitos estabelecidos, ela própria fixando o valor que se dispõe a pagar, os possíveis licitantes não competirão, no estrito sentido da palavra, inviabilizando a competição, uma vez que a todos foi assegurada a contratação. É a figura do "credenciamento", que o Tribunal de Contas da União vem recomendando para a contratação de "serviços médicos", jurídicos e de treinamento."

Assim, pode-se conceituar o instituto do credenciamento como o procedimento administrativo que visa à contratação de prestadores de serviços mediante requisitos estabelecidos previamente em edital de convocação, sendo dada aos participantes tratamento isonômico, quando determinado serviço público necessita ser prestado por uma pluralidade de contratos simultaneamente.

O credenciamento se justifica nos casos em que, para que haja o atendimento do interesse público, existe a necessidade de se obter várias propostas vantajosas, descaracterizando, assim, a competição. Nessa mesma esteira, ensina Sônia Y. K. Tanaka (TANAKA, Sônia Y. K. Sistema de credenciamento: hipótese de inexigibilidade de licitação: requisitos necessários: considerações. BLC – Boletim de Licitações e Contratos. São Paulo: Editora NDJ, maio 2003, p. 334 e 336):

Nadia

CPL
Fls. 62

> "Assim, se a Administração convida a todos os interessados que possuam os requisitos definidos no edital, dispondo-se, em princípio, a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as exigências estabelecidas, esses licitantes não competirão, vez que a todos será assegurada a contratação que se fizer necessária, hipótese em que os próprios Tribunais de Contas têm recomendado o uso do sistema de credenciamento. [...] A vantagem do referido sistema é justamente essa: após a avaliação de toda a documentação encaminhada pelos interessados, estes restarão credenciados junto à Administração Pública, que poderá, a qualquer momento e independentemente de qualquer outro procedimento, contratá-los para a prestação dos serviços que se fizerem necessários, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório, inclusive o preço."

A nova lei de licitações traz no seu bojo, de forma expressa, a figura do credenciamento:

> art. 6º. (...)
> XLIII -credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;
> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> (...)
> IV -objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Nesse sentido, entendemos que o fundamento jurídico do credenciamento, está pautado na inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, conforme previsão expressa no "caput" do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que todos os possíveis interessados poderão se credenciar e serem contratados pela administração.

Discorrendo sobre o tema, Carlos Ari Sundfeld, assevera que:

> **Se a Administração pretende credenciar médicos ou hospitais privados para atendimento à população e se admite credenciar todos os que preencham os requisitos indispensáveis, não se há que falar em licitação. É que o credenciamento não pressupõe disputa, que é desnecessária, pois todos os interessados aptos serão aproveitados.** (SUNDFELD, Carlos Ari. Comentários a Lei de

Nadia

Licitações e Contratos Administrativos. 2ª ed. São Paulo. Malheiros. Pág. 42).

Na lição de Jorge Ulisses Jacoby, vejamos o que nos diz sobre o credenciamento:

> "É a figura do 'credenciamento', que o Tribunal de Contas da União vem recomendando para a contratação de serviços médicos, jurídicos e de treinamentos".

Para além disso, o nosso ordenamento jurídico reconheceu, porém, que as estruturas públicas poderiam ser insuficientes para acolher toda a demanda do SUS. Por esse motivo, admitiu que o Poder Público possa complementar a sua rede própria com serviços privados contratados ou conveniados, ou seja, essa participação será em caráter complementar, pois, a prestação do serviço público de saúde é de responsabilidade direta do Poder Público.

Para percepção dessa estrutura, vale descrever o texto do art. 199 "caput" e § 1º da Constituição Federal:

> Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.
> § 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

É evidente, pois, o papel acessório da iniciativa privada na prestação de serviços do SUS, coadjuvante. Ou seja, não pode caracterizar verdadeira transferência do serviço para o particular.

Essa é a opinião, inclusive, é a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, senão vejamos:

> É importante realçar que a Constituição, no dispositivo citado, permite a participação de instituições privadas de forma complementar, o que afasta a possibilidade de que o contrato tenha por objeto próprio serviço de saúde, como um todo, de tal modo que o particular assuma a gestão de determinado serviço. Não pode, por exemplo, o Poder Público transferir a uma instituição privada toda a administração e execução das atividades de saúde prestadas por um hospital público ou por um centro de saúde; o que poder o Poder Público é contratar instituições privadas para prestar atividades-meio, como limpeza, vigilância, contabilidade, ou mesmo determinados serviços técnico-especializados, como os inerentes aos hemocentros, realização de exames médicos, consultas,

Nadia

GOVERNO DE PIUM

etc.; nesses casos, estará transferindo apenas a execução material de determinadas atividades ligadas ao serviço de saúde, mas, não sua gestão operacional. A lei nº 8.080, de 19.09.90, que disciplina o Sistema Único de Saúde, prevê, nos arts. 24 a 26, a participação complementar, só admitindo-a quando as disponibilidades do SUS forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, hipótese em que a participação complementar deverá ser formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público, especialmente, a Lei nº 8.666/93. Isto não significa que o Poder Público vai abrir mão da prestação do serviço que lhe incumbe para transferi-la a terceiros, ou que estes venham a administrar uma entidade pública prestadora do serviço de saúde; significa que a instituição privada, em suas próprias instalações e com seus próprios recursos humanos e materiais, vai complementar as ações e serviços de saúde, mediante contrato ou convênio". (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública, 4ª ed. São Paulo. Atlas, 2002. P. 186). (Grifo nosso)

Vislumbra-se o atendimento à obrigatoriedade da publicação de aviso do certame licitatório em Diário Oficial e em jornal de grande circulação.

Compulsando os autos, verifica-se que a Prefeitura Municipal, juntamente com o Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Saúde justificaram a contratação por meio de Estudo Técnico Preliminar. Portanto, sob o olhar jurídico a qual compete esta Assessoria, o presente processo licitatório, na modalidade Inexigibilidade Por Credenciamento, segue o rito previsto na legislação correlata, não sendo observado qualquer tipo de vício que possa ensejar ilegalidade ou ofensa aos demais princípios que regem a atividade administrativa, razão pela qual é devida a realização do procedimento

Cumpre ressaltar que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, bem como que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

III – DA CONCLUSÃO

Conforme explanado acima, abstraindo da conveniência e mérito administrativo e técnico, bem como da execução de despesas, **opinamos pela possibilidade jurídica deste procedimento**, ressaltando a importância e obrigatoriedade da autoridade

Nadia

competente para proceder a formalização do contrato com os convocados, atendendo assim, a legislação.

Recomenda-se a nomeação de fiscal de contrato, para quando da formalização deste, nos termos do art. 117, para emitir relatório sobre o efetivo cumprimento do serviço.

Recomenda-se ao Controle Interno que proceda com o acompanhamento da execução contratual em sua plenitude, sob o fundamento da legalidade, economicidade, eficiência e probidade administrativa.

Ressaltamos que esta Assessoria **não possui competência para opinar sobre estimativa de preço, natureza ou qualificação técnica, quantidade e qualidade do objeto do certame, ou ainda, possíveis dados contidos em planilhas ou índices econômicos ou contábeis contidos no processo.** Ademais, a veracidade das informações e documentos anexados nos autos é de inteira responsabilidade da administração pública.

Este parecer **está adstrito a análise formal do processo, sem, contudo, adentrar na oportunidade e conveniência, analisar ou acompanhar a execução do referido objeto,** o qual estará sob a responsabilidade do ordenador de despesas e Fiscal do contrato.

Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas **sem caráter vinculativo,** mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

É o nosso parecer, s.m.j.

Pium/TO, 06 de janeiro de 2025

PUBLIO BORGES ALVES

Assinado de forma digital por PUBLIO BORGES ALVES
Dados: 2025.01.06 17:55:01 -03'00'

PÚBLIO BORGES ALVES
OAB/TO 2.365

NÁDIA JUSSARA PONTE ARAÚJO
OAB/TO 13.259

CPL
Fls. 66

ATO AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Pium – TO, torna público que realizara o credenciamento a seguir caracterizado:

Credenciamento nº 001/2025 com **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM.** O presente credenciamento deverá ser realizado a partir do dia 10/01/2025 até o dia 10/01/2026 das 08:00hs às 12:00hs de segunda a sexta Feira

Maiores informações presencialmente das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira na Sede da Prefeitura Municipal de Pium, através do site eletrônico **www.pium.to.gov.br.**

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

CPL
Fls. 67

SETOR DE LICITAÇÕES PREFEITURA MUNICIPAL

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

O FUNDO DE EDUCAÇÃO DE PIUM – TO, torna público que fará realizar na sala de reunião Do Departamento de Compras e Licitação, na Sede da Prefeitura Municipal de PIUM - TO, SELEÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS DE EVENTUAIS INTERESSADOS.
PROCESSO Nº 002/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA, NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO JUNTO A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO FUNDO DE EDUCAÇÃO, COM A FINALIDADE DE ACOMPANHAR E TOMAR AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS E NECESSÁRIAS NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DISPENSA DE LICITAÇÃO E DEMAIS PROCEDIMENTOS
As propostas adicionais deverão ser encaminhadas ao setor de licitação juntamente com os documentos referidos no edital até o dia 10 de Janeiro 2024, as 17:00hs, atreves do e-mail: cplpium2021@gmail.com. Fundamentação Legal: Art. 75 II c/c Art. 23 da Lei 14133/2021. Maiores informações presencialmente das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira na Sede da Prefeitura Municipal de Pium, através do site eletrônico www.pium.to.gov.br.

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

O FUNDO DE SAÚDE DE PIUM – TO, torna público que fará realizar na sala de reunião Do Departamento de Compras e Licitação, na Sede da Prefeitura Municipal de PIUM - TO, SELEÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS DE EVENTUAIS INTERESSADOS.
PROCESSO Nº 001/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA, NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO JUNTO A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE, COM A FINALIDADE DE ACOMPANHAR E TOMAR AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS E NECESSÁRIAS NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DISPENSA DE LICITAÇÃO E DEMAIS PROCEDIMENTOS
As propostas adicionais deverão ser encaminhadas ao setor de licitação juntamente com os documentos referidos no edital até o dia 10 de Janeiro 2025, as 17:00hs, atreves do e-mail: cplpium2021@gmail.com. Fundamentação Legal: Art. 75 II c/c Art. 23 da Lei 14133/2021. Maiores informações presencialmente das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira na Sede da Prefeitura Municipal de Pium, através do site eletrônico www.pium.to.gov.br.

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

O FUNDO DE EDUCAÇÃO DE PIUM – TO, torna público que fará realizar na sala de reunião Do Departamento de Compras e Licitação, na Sede da Prefeitura Municipal de PIUM - TO, SELEÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS DE EVENTUAIS INTERESSADOS.
PROCESSO Nº 004/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E APLICAÇÃO DE FORRO PVC NA ESCOLA JOÃO TEIXEIRA FILHO NO VILA CAFÉ DA ROÇA NO MUNICIPIO DE PIUM.
As propostas adicionais deverão ser encaminhadas ao setor de licitação juntamente com os documentos referidos no edital até o dia 10 de Janeiro 2025, as 17:00hs, atreves do e-mail: cplpium2021@gmail.com. Fundamentação Legal: Art. 75 II c/c Art. 23 da Lei 14133/2021. Maiores informações presencialmente das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira na Sede da Prefeitura Municipal de Pium, através do site eletrônico www.pium.to.gov.br.

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

ATO AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Pium – TO, torna público que realizara o credenciamento a seguir caracterizado:
Credenciamento nº 001/2025 com OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM. O presente credenciamento deverá ser realizado a partir do dia 10/01/2025 até o dia 10/01/2026 das 08:00hs às 12:00hs de segunda a sexta Feira
Maiores informações presencialmente das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira na Sede da Prefeitura Municipal de Pium, através do site eletrônico www.pium.to.gov.br.

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE PIUM – TO, torna público que fará realizar na sala de reunião Do Departamento de Compras e Licitação, na Sede da Prefeitura Municipal de PIUM - TO, SELEÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS DE EVENTUAIS INTERESSADOS.
PROCESSO Nº 007/2025 OBJETO: visando LOCAÇÃO DE HORAS MAQUINAS PARA MUNICÍPIO DE PIUM
As propostas adicionais deverão ser encaminhadas ao setor de licitação juntamente com os documentos referidos no edital até o dia 10 de Janeiro 2025, as 17:00hs, atreves do e-mail: cplpium2021@gmail.com. Fundamentação Legal: Art. 75 II c/c Art. 23 da Lei 14133/2021. Maiores informações presencialmente das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira na Sede da Prefeitura Municipal de Pium, através do site eletrônico www.pium.to.gov.br.

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

55008824363043439 31

CPL
Fls. 68

CHAMAMENTO PÚBLICO
MUNICIPIO DE PIUM
EDITAL DE CREDENCIMENTO N.º 001/2025, PROCESSO Nº 006/2025
Dia 10/01/2025 a partir das 08:00 hs

Edital de chamamento público visando o credenciamento de pessoas jurídicas para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM.**

O Município de PIUM, OS FUNDOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, através do agente de contratação, comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas **jurídicas CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM**.

1 OBJETO

1.1 Este procedimento tem por objeto o credenciamento de jurídicas para **jurídicas CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM**.

2. PRAZO DE VIGÊNCIA E PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

2.1 O credenciamento permanecerá aberto durante o prazo e nos termos estabelecidos no subitem **2.2.**, para pessoas jurídicas para serviços, observada a necessidades do Município .

2.2 - O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo quaisquer e jurídica, durante esse prazo e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, solicitar seu credenciamento. O prazo de vigência deste instrumento poderá ser prorrogado, a critério do Município.

2.3 Integram o presente edital, os seguintes anexos:

I – Planilha com locais, serviços e valores;

II – Formulário de Inscrição para Credenciamento (jurídica);

III – Termo de Declaração de Disponibilidade e Compromisso (jurídica);

IV – Declaração de Idoneidade (jurídica);

V - Declaração de que não existe fato superveniente impeditivo (jurídica);

VI – Minuta do Termo de Credenciamento;

VII – Minuta de Contrato de Prestação de Serviços.

3 CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

Poderão participar do presente credenciamento, jurídicas para serviços de lavagem de veículos, devidamente habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, com regularidade jurídico fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público, que satisfaçam as condições fixadas neste edital e

CPL
Fls. 69

anexos e, que aceitem as normas estabelecidas pelo Município de PIUM, devendo apresentar os seguintes documentos durante o período de vigência do credenciamento.

3.1 Pessoas jurídicas para serviços

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a Tributos e Contribuições Federais e à Divida Ativa da União;
b) Certidão Negativa de Débito de Tributos Estaduais;
c) Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais;
d) Certidão Negativa de Débito INSS (CND);
e) Certidão de Regularidade do FGTS;
f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitido pela Justiça do Trabalho.
g) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
h) Alvará de funcionamento expedido pelo Município sede;
j) Cartão de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
i) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
j) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

3.3 Os documentos constantes dos itens 3.1 e 3.2 poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, ou apresentação de cópia normal acompanhado dos originais para autenticação por componente da Comissão de contratação.

3.4 O prazo para a habilitação ao credenciamento inicia com a publicação deste edital ficando aberto aos demais interessados em caráter permanente.

3.5 Não existirão limite de número de pessoas jurídicas para os serviços a serem credenciadas.

4 IMPEDIMENTOS

3.1 Não poderá exercer a atividade, ainda que indiretamente, por meio do credenciamento, nos termos da lei 14.133/2021, pessoas físicas e jurídicas que for:

a) servidor público do Município de PIUM ou do Município ;

b) agente político em exercício de mandato eletivo.

3.2 O credenciado que venha a se enquadrar nas situações previstas nos itens 2.1, terá suspensa a respectiva atividade, enquanto perdurar o impedimento.

3.3 O credenciado deverá comunicar imediatamente à Gestão do Município o seu impedimento, fazendo jus à remuneração do trabalho até então realizado, de acordo com o fixado no Anexo I – Remuneração dos serviços.

4 DA ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

4.1 Torna-se implícito que os proponentes que responderem ao CREDENCIAMENTO, concordam integralmente com os termos do presente edital e seus anexos.

5. DA ANALISE E AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS

5.1 Os interessados ao credenciamento serão avaliados em conformidade com a entrega da documentação, pela Comissão de contratação nomeada através de decreto para selecionar prestadores de serviços.

5.2 Do Procedimento e Julgamento
Toda documentação mencionada no presente Edital, inclusive a que comprova o preenchimento do anexo II, deverá ser entregue na Prefeitura, Municipal de PIUM, junto a comissão de contratação a partir do dia xxx/xxx/xxxxx às 08:00 horas.

5.3 Da Habilitação

5.3.1 Após a análise da documentação e estando esta em conformidade com os requisitos estipulados neste Edital, a Comissão contratação convocará o habilitado para a assinatura do Termo de Credenciamento. Em caso de indeferimento do pedido, o interessado poderá interpor recurso à Comissão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do resultado em diário da Prefeitura Municipal de PIUM.

5.3.2 O resultado do presente credenciamento será afixado no diário da Prefeitura Municipal de PIUM, após a emissão do relatório conclusivo de avaliação e homologação da habilitação.

5.3.3 Se algum habilitado se recusar a assinar o termo credenciamento, faculta-se o Municipio de PIUM, independentemente de aviso, notificação, ou interpelação judicial ou extrajudicial, convocar para assinatura o habilitado subseqüente e imediato para atender o objeto especificado, conforme prever a lei 14.133/2021

6 DOS RECURSOS

6.1 Das decisões do presente credenciamento caberá recurso, nos termos da lei 14.133/21

6.2 Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente fundamentada e subscrita pelo concorrente, ou por procurador habilitado na forma da Lei.

7. DO CREDENCIAMENTO E CONTRATAÇÃO

7.1 Após analise da documentação e com base no Relatório Conclusivo serão credenciados os interessados que preencham os requisitos previstos no presente Edital e seus anexos, de acordo com as necessidades do Município.

7.2 Os interessados que forem habilitados ao credenciamento serão **contratados por meio de instrumentos de prestação de serviços de prazo determinado**, com vigência a partir da assinatura do Termo Contratual, onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, podendo o contrato ser rescindido, a qualquer tempo, sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens ou indenizações.

7.3 A presente Chamada Pública terá a validade de 12 (*doze*) meses, durante o qual o Município de PIUM não será obrigado a Contratar os serviços objeto da Chamada, podendo fazê-lo mediante outra chamada quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie aos credenciados ou, cancelar o ato, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantindo ao credenciado, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

7.4 Serão de inteira responsabilidade dos prestadores de serviços, os danos causados diretamente aos pacientes, à instituição contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O Município pagará aos contratados, em até 15 (quinze) dias do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços

CPL
Fls. 71

ou Recibo, os valores líquidos que lhes forem devidos, pelos serviços efetivamente prestados;

8.2 As despesas das contratações oriundas do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO: PREFEITURA: 03.0002 / 04.122.0003.2006 / 339039 / DC.39 / FONTE 1.500.0000.000000. **EDUCAÇÃO**: 08.0040 / 12.122.0003.2024 / 339039 / DC.492 / FONTE 1.500.1001.000000. **SAÚDE**: 04.0020 / 10.122.0003.2082 / 339039 / DC.335 / FONTE 1.500.1002.000000.

9. DAS SANÇÕES

9.1 A recusa do(a) credenciado(a) em assinar o Contrato no prazo estabelecido, o(a) impedirá de participar de novas chamadas ou licitações pelo prazo de 12 (*doze*) meses junto a este Município ou Fundos deste Município.

9.2 O(a) CONTRATDOA) ficará sujeito(a) as seguintes penalidades caso deixe de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas em Contrato, sendo:

a) Multa de 1% (*um por cento*) sobre o valor contratual, a cada dia do não início da prestação de serviços no prazo estipulado, até o limite de 20% (*vinte por cento*) quando então, será decretada a rescisão unilateral do Contrato, por culpa exclusiva do(a) CONTRATADO(A);

b) Multa de 3% (*três por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, o(a) CONTRATADO(A) infringir qualquer das demais obrigações contratuais;

c) Suspensão do direito de participar de licitações e/ou Contratos em qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de 2 (*dois*) anos, quando, por culpa do(a)a CONTRATADO(A) ocorrer a suspensão ou a rescisão administrativa;

d) As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

e) Quando o valor total das multas aplicadas atingirem o percentual de 20% (*vinte por cento*) do valor contratual, incluindo o subitem, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato.

10. DA APLICAÇÃO DE MULTA

Quando da aplicação de multa, o **CONTRATANTE** notificará o(a) **CONTRATADO(A)** que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia ao Município através da Diretoria dos Serviços de Saúde. Mantida a aplicação da multa, caberá no mesmo prazo, recurso à autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, o(a) **CONTRATADO(A)** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recolher à Tesouraria do **CONTRATANTE** o valor correspondente à multa, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis, podendo o **CONTRATANTE** inclusive, reter pagamento de fatura, até o efetivo pagamento da multa, como garantia do recebimento desta.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

CPL
Fls. 72

11.1 O Município poderá, a qualquer tempo, motivadamente, adiar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular o presente processo, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for.

11.1.1 O Município poderá, **a qualquer tempo**, realizar novos credenciamentos, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital.

11.2 Toda informação referente ao presente credenciamento será fornecida pelo Município através da Comissão de contratação.

11.3 É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente Edital.

O extrato do presente Edital será publicado no Diário Oficial do estado, e afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de PIUM/TO.

PIUM, Estado do Tocantins, 07 de Janeiro de 2025.

Agente de contratação

ANEXO I – Remuneração dos serviços

Pelos serviços prestados os credenciados farão jus aos seguintes valores:

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	PREFEITRUA				
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.**	12	mensal	R$ 1.200,00	14.400,00

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE SAÚDE				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE EDUCAÇÃO				

CPL
Fls. 74

	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

Os serviços serão prestados na cidade de PIUM em horário pré definidos pelos fundos e município.

Gestora

CPL
Fls. 75

ANEXO II

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO/PJ

À COMISSÃO DE CONTRATACÃO DO MUNICIPIO DE PIUM – TO,

O Sr. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,** (profissão), CRM/xx xxxxx, domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxxxx, cidade de xxxxxxxxxx/xxxx, que a esta subscreve, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços _____ (integrantes do Anexo I).

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de Chamamento para Credenciamento de serviços de carro de som da prefeitura, fundo de Saúde e educação do município de PIUM Atenciosamente.

xxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxx de xxxx.

_____

Assinatura com carimbo

CPL
Fls. 76

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE/PF

A Comissão de contratacão do Municipio de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital 001/2025

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, (profissão), CRM/xx xxxx, abaixo assinado, em atendimento ao edital do processo acima especificado, DECLARA, sob as penas da Lei que se encontra em perfeita disponibilidade para imediata execução dos serviços objetos do certame, caso venha a ser declarado **APTO**.

xxxx/xx, xx de xxxxxxx de xxxx.

_____

Assinatura com carimbo

CPL
77

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE/PF

A Comissão de contratação do Município de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital 001/2025

Através do presente, o(a) Sr(a)....., inscrito no CPF sob nº....., residente....., nº....., Bairro....., Município ...../....., declara sob penas da lei , que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente credenciamento bem como, estar ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

...../....., ... de ..... de .....

_____
Assinatura com Carimbo

CPL
Fls. 78

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO/PF

A Comissão de contratação do Município de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital 001/2025

O(a) ....., ... (Endereço Completo), portador da carteira de identidade n.º..... e inscrito no CPF/MF sob n.º ....., ao fim assinado, declara, sob as penas da Lei, para fins de participação do certame levada a efeito pelo Edital de Chamada Pública n.º 001/2025 que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

...../....., ... de ..... de .....

_____
Assinatura com Carimbo

CPL
Fls. 79

ANEXO II

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO/PJ

À COMISSÃO DE CONTRATACÃO DO MUNICIPIO DE PIUM – TO,

A ____ com sede e foro na ___ (rua,etc) da cidade de ___ Estado ___ por seu ___ (cargo) Sr(a). ____, que a esta subscreve, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços consistentes na área de _____ (integrantes do Anexo I).

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de Chamamento para Credenciamento de carro de som da prefeitura, fundo de Saúde e educação do município de PIUM

Atenciosamente.

_____ - ___, __ de _____ de _____.

_____

Assinatura e carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

CPL
Fls. 80

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE/PJ

A Comissão de contratação do Município de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital 001/2025

A ____ com sede e foro na ___ (rua,etc) da cidade de ___ Estado ___ por seu ___ (cargo) Sr(a). _____, em atendimento ao edital do processo acima especificado, DECLARA, sob as penas da Lei que se encontra em perfeita disponibilidade para imediata execução dos serviços objetos do certame, caso venha a ser declarada **APTO**.

_____/_____, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura e carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

CPL
Fls. 31

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE/PJ

A Comissão de contratação do Municipio de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital 001/2025

A ____ com sede e foro na ___ (rua, etc) da cidade de ___ Estado ___ por seu ___ (cargo) Sr(a). _____, declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente credenciamento bem como, estar ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

...../....., ... de ..... de .....

_____
Asinatura e Carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

CPL
Fls. 82

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO/PJ

A Comissão de contratação do Municipio de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital 001/2025

A ____ com sede e foro na _____ (rua, etc) da cidade de ___ Estado ___ por seu _____ (cargo) Sr(a). _____, declara, sob as penas da Lei, para fins de participação do certame levada a efeito pelo Edital de Chamada Pública n.º 001/2025 que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

...../....., ... de ..... de .....

_____
Assinatura e Carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

ANEXO VI – TERMO DE CREDENCIAMENTO

MUNICIPIO DE PIUM, Estado do Tocantins, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Avenida _____, Setor _____ PIUM, Estado do Tocantins, cadastrado no CNPJ/MF, sob o nº_____, ora representado pela Gestora **Sra. _____,** portadora do CPF sob nº _____ e da RG. sob nº _____ SSP/TO, residente e domiciliada nesta cidade doravante denominado **MUNICIPIO** e, de outro lado, _____, CPF/CNPJ nº _____, CRM/____ nº ____, doravante denominado(a) simplesmente **CREDENCIADO (A)**, celebram este Termo de Credenciamento para a prestação dos serviços _____, vinculado ao Edital de Chamamento Público n° 001/2025 e de conformidade com a Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto municipal 132/2021 de 10 de agosto de 2021, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

Cláusula Primeira O presente Termo tem por objeto a realização, pela(o) **CREDENCIADA(O)**, dos serviços de _____

PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula Segunda O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta meses).

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Terceira São obrigações do **MUNICIPIO** :

I – disponibilizar a estrutura, materiais e condições necessárias a boa execução dos serviços do(a) credenciado(a);

II – pagar os honorários de acordo com o previsto no Anexo I – Remuneração, dos serviços.

Cláusula Quarta São obrigações da **CREDENCIADO(A)**:

I - Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

II - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao pessoal que o MUNICIPIO designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções.

Cláusula Quinta Pelos serviços ora ajustados, o **CREDENCIADO (A)** será remunerada exclusivamente de acordo com o disposto no do Anexo I – Remuneração dos serviços, não podendo reclamar do Município qualquer outro valor a esse título.

DA RESCISÃO

Cláusula Sexta Este Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo, mediante termo próprio e notificação prévia de 30 (trinta) dias, desde que atendida a conveniência do **FUNDO**

CPL
Fls. 84

Cláusula Sétima Será rescindido o presente Termo, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito à indenização, por parte da **CREDENCIADO(A)**, se este:

I - não cumprir regularmente quaisquer das obrigações assumidas neste Termo;

II - subcontratar os serviços, sem autorização do **MUNICIPIO ,** ou, em qualquer hipótese, transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Credenciamento;

III - executar os serviços com imperícia técnica;

IV - paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos;

V - demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade técnica ou má fé;

VI - atrasar injustificadamente a execução dos serviços.

Cláusula oitava O MUNICIPIO poderá, ainda, rescindir este Termo na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas por lei.

NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS

Cláusula Décima Aplicam-se a esse termo de credenciamento as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições do Edital de Chamamento Público nº 001/2025, e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos.

FORO DE ELEIÇÃO

Cláusula Décima Primeira Para questões ou litígios decorrentes do presente credenciamento fica eleito o Foro da Comarca de Porto Nacional, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

PIUM, _____ de _____ de 2025.

_____

Municipio

_____

Credenciado(a)

CRM/___ _____

ANEXO VII
MINUTA TERMO DE CONTRATO Nº _____/2025.

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICIPIO DE PIUM, Estado do Tocantins, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Avenida _____, Setor _____ PIUM, Estado do Tocantins, cadastrado no CNPJ/MF, sob o nº 12.463.676/0001-09, ora representado pela Gestora **Sra.** _____, portadora do CPF sob nº _____ e da RG. sob nº _____ SSP/TO, residente e domiciliada nesta cidade, denominado CONTRATANTE, e _____, _____, _____, _____, _____, e inscrito no CPF/CNPJ sob o n.º _____, com sede e foro/residente e domiciliado na _____, _____, cidade de _____/____, denominado CONTRATADO(A), firmam o presente instrumento para prestação de serviços na área da saúde, conforme seguintes cláusulas e condições.

DO FUNDAMENTO JURÍDICO DO CONTRATO - O presente contrato público de prestação de serviços é firmado nos termos da Lei nº 14.133/2021 e federal nº 11.878 e decretos municipais, através do Chamamento Público Edital nº 001/2025.

Fundamenta-se ainda o presente contrato de prestação de serviços, em autorização legislativa consubstanciada na inclusão de dotação orçamentária específica para contratação de serviços de terceiros, não configurando assim, qualquer vínculo empregatício ou de admissão de pessoal, ainda que indiretamente.

Para todos os efeitos legais e para melhor caracterização dos serviços, bem assim definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, como todos os seus anexos, os seguintes documentos: Chamamento Público 001/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente instrumento tem por objeto a contratação de Jurídica para prestar de serviços de lava jato para lavagem dos veículos do fundo de Saúde do município de PIUM, no município de PIUM/TO, nas dependências do CONTRATANTE, para atendimento à pacientes de livre demanda;

§ 1º - O(A) CONTRATADO(A) declara que aceita prestar os serviços, objeto deste contrato, com total observância do regime do CONTRATANTE.

§ 2º - Os serviços serão prestados: na cidade de PIUM, conforme demanda mandada pelo fundo de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO(A):

CPL
Fls. 86

O(A) CONTRATADO(A) deverá iniciar o atendimento imediatamente após assinatura do Termo contratual;

§ 1º - deverá manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

§ 2º - O(A) CONTRATADO(A) proporcionará todas as facilidades necessárias ao pessoal que o CONTRATANTE designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

§ 1º - Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas as informações que se fizerem necessárias para a realização completa da execução do contrato;

§ 2º - Reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, caso verifique que os mesmos não estejam em conformidade com o estabelecido neste instrumento, sem que caiba qualquer indenização ou ressarcimento ao (a) CONTRATADO(A);

§ 3º - Notificar por escrito ao (a) CONTRATADO (A) da aplicação de eventuais multas, da suspensão da execução dos serviços e da sustação do pagamento;

§ 4º - Efetuar o pagamento de conformidade com o contrato;

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO:

Os serviços, que tenham sido regularmente prestados conforme o estipulado na "CLÁUSULA PRIMEIRA" serão pagos ao (a) CONTRATADO(A), pelo CONTRATANTE, o preço justo e acertado, mediante apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços ou Recibo competentemente atestado por servidor credenciado conforme valores abaixo:

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	PREFEITRUA				
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVUL-**	12	mensal	R$ 1.200,00	14.400,00

CPL
Fls. 87

	GAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.				

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE SAÚDE				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitário	Valor Total
	FUNDO DE EDUCAÇÃO				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:
O pagamento ao (a) CONTRATADO(A) será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços;

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO:
O (A) CONTRATANTE poderá fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste TERMO, inclusive, a efetiva realização dos serviços prestados;

Parágrafo único - A fiscalização de que trata esta "CLÁUSULA" terá por objeto, notadamente, a qualidade da prestação dos serviços bem como o controle *"a posteriori"* da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao (a) CONTRATADO(A) integral responsabilidade e eficiência técnica da prestação assistencial realizados, assim, a faculdade de tal fiscalização, mesmo quando exercida, não elidirá, nem reduzirá, a responsabilidade de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência não implicará jamais co-responsabilidade do CONTRATANTE;

CLÁUSULA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES:
Mediante termo aditivo, o presente ajuste será modificado pelas partes, sempre que ocorrer alteração do Termo de Contratação;

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE:
O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida, do contrato, bem como de termo aditivo, se for o caso, e outras determinadas em lei;

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES:
A inobservância, pelo (a) CONTRATADO(A), de qualquer cláusula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o CONTRATANTE a aplicar a seu critério, penalidades e sanções previstas em Lei:

§ 1º - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta CLÁUSULA não elidirá o direito de o CONTRATANTE exigir o ressarcimento integral das perdas e danos que o fato gerador da sanção acarretar para ele ou terceiro; pela inexecução total ou parcial do Contrato, o **CONTRATANTE** poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao (a) **CONTRATADO(A)** as sanções previstas em Lei;

§ 2º - O (A) CONTRATADO(A) ficará sujeito as seguintes penalidades caso deixe de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas em Contrato, sendo:

a) - **Multa de 1%** (*um por cento*) **sobre o valor contratual, a cada dia do não início da prestação de serviços no prazo estipulado,** até o limite de 20% (*vinte por cento*) quando então, será decretada a rescisão unilateral do Contrato, por culpa exclusiva do(a) CONTRATADO(A);

b) - Multa de 3% (*três por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, o(a) CONTRATADO(A) infringir qualquer das demais obrigações contratuais;

c) Suspensão do direito de participar de licitações e/ou Contratos em qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de 2 (*dois*) anos, quando, por culpa do(a) CONTRATADO(A) ocorrer a suspensão ou a rescisão administrativa;

d) As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

e) Quando o valor total das multas aplicadas atingirem o percentual de 20% (*vinte por cento*) do valor contratual, incluindo o § 2º, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato.

CLÁUSULA DECIMA - DA APLICAÇÃO DE MULTA
Quando da aplicação de multa, o **CONTRATANTE** notificará o(a) **CONTRATADO(A)** que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia ao Município através da Diretoria do Serviços de Saúde. Mantida a aplicação da multa, caberá no mesmo prazo, recurso à autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, o(a) **CONTRATADO(A)** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recolher à Tesouraria do **CONTRATANTE** o valor correspondente à multa, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis, podendo o **CONTRATANTE** inclusive, reter pagamento de fatura, até o efetivo pagamento da multa, como garantia do recebimento desta.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA VIGENCIA
O presente Termo terá vigência a contar da data de sua assinatura, extinguindo seus efeitos em _____.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA RESCISÃO:
Pela sua inexecução total ou parcial o presente contrato será rescindido em qualquer tempo, através de ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados lei 14.133/2021.

Parágrafo Único: Mediante simples aviso extra-judicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias poderá haver a rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, precedida de autorização escrita e fundamentada da gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
As despesas das contratações oriundas do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: **PREFEITURA**: 03.0002 / 04.122.0003.2006 / 339039 / DC.39 / FONTE 1.500.0000.000000. **EDUCAÇÃO**: 08.0040 / 12.122.0003.2024 / 339039 / DC.492 / FONTE 1.500.1001.000000. **SAÚDE**: 04.0020 / 10.122.0003.2082 / 339039 / DC.335 / FONTE 1.500.1002.000000, constantes do presente orçamento e para os exercícios subsequentes, pela dotação que vier a ser alocada para atender as obrigações da mesma natureza.

Parágrafo Único: O presente contrato tem o valor estimado para seu período de vigência de ___/___/____ a ___/___/____ em **R$** _____(por extenso), com base nos dados estipulados(s) na(s) cláusula(s) própria(s), segundo os preços de cotações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

CPL
Fls. 90

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

O presente TERMO foi celebrado em conformidade com as suas cláusulas contratuais e ciência das partes envolvidas.

Parágrafo único: Os casos omissos e quaisquer dúvidas advindas deste Termo Contratual serão resolvidos pela legislação em vigor incidente à matéria, elegendo-se, para tanto, o Foro da Comarca de Porto Nacional/TO.

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente Termo Contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, abaixo ratificado pela partes contratantes, para que surta seus efeitos.

PIUM/TO, ___ de _____ de _____.

_____
Municipio
CONTRATANTE

_____
CONTRATADO

Testemunhas:

1._____
2._____

CPL
Fls. 91

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO/PJ

À COMISSÃO DE CONTRATACÃO DO MUNICIPIO DE PIUM – TO,

A empresa ADÃO PEREIRA ROCHA-ME com sede e foro na Rua Dona Ana Ferreira de Carvalho, nº02, cidade de Pium-TO por seu proprietário, o Sr(a). ADÃO PEREIRA ROCHA que a esta subscreve, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços consistentes na área de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM** (integrantes do Anexo I).

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de Chamamento para Credenciamento de carro de som da prefeitura, fundo de Saúde e educação do município de PIUM

Atenciosamente.

Pium-TO,10 de janeiro de 2025

Adão Pereira Rocha

ADÃO PEREIRA ROCHA-ME

CNPJ:18.737.480/0001-33

Assinatura e carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

CPL
Fls. 92

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE/PJ

A Comissão de contratação do Município de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital 001/2025

A empresa ADÃO PEREIRA ROCHA -ME com sede e foro na Rua Dona Ana Ferreira de Carvalho, nº02, cidade de Pium-TO por seu proprietário, o Sr(a). ADÃO PEREIRA ROCHA em atendimento ao edital do processo acima especificado, DECLARA, sob as penas da Lei que se encontra em perfeita disponibilidade para imediata execução dos serviços objetos do certame, caso venha a ser declarada **APTO**.

Pium-TO, 10 de janeiro de 2025.

Adão Pereira Rocha

ADÃO PEREIRA ROCHA-ME

CNPJ:18.737.480/0001-33

Assinatura e carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

CPL
Fls. 93

DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO/PJ

A Comissão de contratação do Município de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital 001/2025

A empresa ADÃO PEREIRA ROCHA-ME com sede e foro na Rua Dona Ana Ferreira de Carvalho, nº02, cidade de Pium-TO por seu proprietário, o Sr(a). ADÃO PEREIRA ROCHA declara, sob as penas da Lei, para fins de participação do certame levada a efeito pelo Edital de Chamada Pública n.º 001/2025 que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Pium-TO, 10 de janeiro de 2025.

ADÃO PEREIRA ROCHA-ME

CNPJ:18.737.480/0001-33

Assinatura e Carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

CPL
Fls. 94

PROPOSTA DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Pium-TO

Pelos serviços prestados os credenciados farão jus aos seguintes valores:

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitá	Valor Total
	PREFEITRUA				
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.**	12	mensal	R$ 1.200,00	14.400,00

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitá	Valor Total
	FUNDO DE SAÚDE				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

CPL
Fls. 95

Item	Descritivo	Qta	Unid	Valor Unitá	Valor Total
	FUNDO DE EDUCAÇÃO				
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIUM DO TOCANTINS - TO, EM VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITÂNIO OU SIMILAR, COM APARELHO COMPATÍVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULAÇÃO EM CARRO DE SOM.	12	mensal	R$ 800,00	9.600,00

Os serviços serão prestados na cidade de PIUM em horário pré definidos pelos fundos e município.

Pium-TO, 10 de janeiro de 2025.

ADÃO PEREIRA ROCHA-ME

CNPJ: 18.737.480/0001-33

CPL
Fls. 96

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Empresário(a)

Nome Civil
ADAO PEREIRA ROCHA

CPF
979.128.401-68

CNPJ
18.737.480/0001-33

Data de Abertura
23/08/2013

Nome Empresarial
18.737.480 ADAO PEREIRA ROCHA

Capital Social
10.000,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
23/08/2013

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número	Complemento
77570-000	RUA DONA ANA FERREIRA DE CARVALHO	02	CASA

Bairro	Município	UF
SETOR CHAO DE ESTRELAS	PIUM	TO

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	23/08/2013	-

Atividades

Forma de Atuação
Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes

Ocupação Principal
Proprietário(a) de carro de som para fins publicitários, independente

Atividade Principal (CNAE)
7319-0/99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente

Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
Promotor(a) de eventos, independente	8230-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
Locutor(a) de mensagens fonadas e ao vivo, independente	9609-2/99 - Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente
Comerciante independente de equipamentos e suprimentos de informática	4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
Instrutor(a) de cursos preparatórios, independente	8599-6/05 - Cursos preparatórios para concursos

CPL
97

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

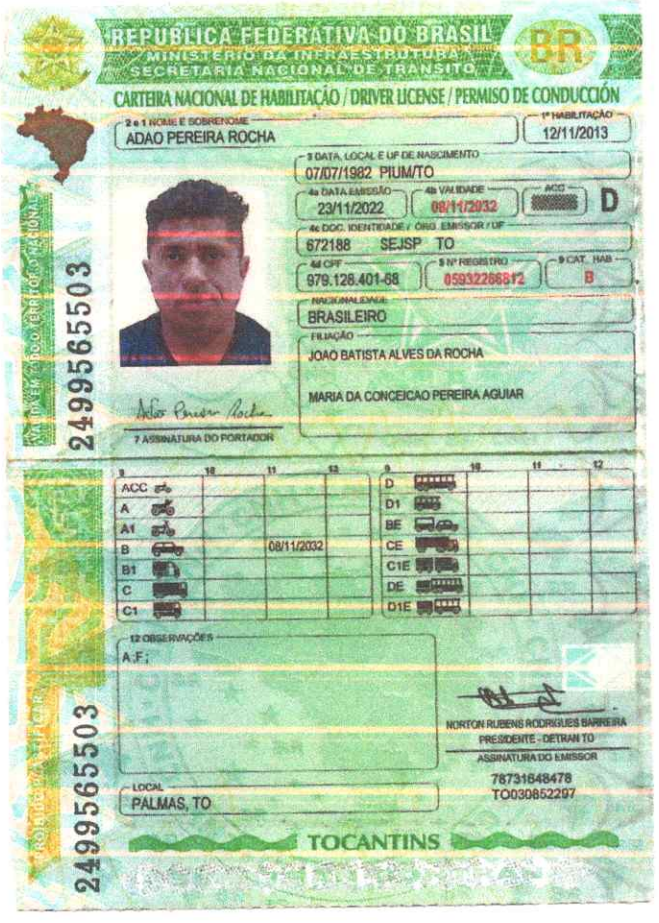
Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado.
Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CPL
Fls. 98



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME: ADAO PEREIRA ROCHA

1ª HABILITAÇÃO: 12/11/2013

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 07/07/1982 PIUM/TO

4a DATA EMISSÃO: 23/11/2022

4b VALIDADE: 08/11/2032

ACC: D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF: 672188 SEJSP TO

4d CPF: 979.126.401-68

5 Nº REGISTRO: 05932266812

9 CAT. HAB: B

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO: JOAO BATISTA ALVES DA ROCHA

MARIA DA CONCEICAO PEREIRA AGUIAR

7 ASSINATURA DO PORTADOR

	9	10	11	12
ACC				
A				
A1				
B			08/11/2032	
B1				
C				
C1				

	9	10	11	12
D				
D1				
BE				
CE				
C1E				
DE				
D1E				

12 OBSERVAÇÕES: A;F;

LOCAL: PALMAS, TO

NORTON RUBENS RODRIGUES BARREIRA
PRESIDENTE - DETRAN TO
ASSINATURA DO EMISSOR

78731648478
TO030852297

TOCANTINS

2499565503

2499565503

CPL 99

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
18.737.480/0001-33 **MATRIZ**		**23/08/2013**

NOME EMPRESARIAL
18.737.480 ADAO PEREIRA ROCHA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
85.99-6-05 - Cursos preparatórios para concursos
96.09-2-99 - Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DONA ANA FERREIRA DE CARVALHO	**02**	**CASA**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.570-000	**SETOR CHAO DE ESTRELAS**	**PIUM**	**TO**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
BRACIM2010@HOTMAIL.COM	**(63) 8485-6957**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**02/12/2021**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **09/01/2025** às **16:44:18** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CPL
Fls. 100

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.737.480/0001-33
Razão Social: ADAO PEREIRA ROCHA 97912840168
Endereço: RUA ALAMEDA 02 SN / SETOR POPULAR / PIUM / TO / 77570-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:29/12/2024 a 27/01/2025

Certificação Número: 2024122904245783948609

Informação obtida em 09/01/2025 16:45:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CPL
101

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão
6266333

Validador
880287456808580560427729737640 74

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ : 18.737.480/0001-33 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: -

FINALIDADE:
CADASTRO

HISTÓRICO:
NÁO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente , o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Quinta-feira, 9 de Janeiro de 2025 - 16h 46m 55s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

CPL
Fls. 102

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **18.737.480 ADAO PEREIRA ROCHA**

CPF/CNPJ: **18.737.480/0001-33**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:47:16 do dia 09/01/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: 24JR090125164716

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CPL
Fls 103

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 18.737.480 ADAO PEREIRA ROCHA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 18.737.480/0001-33
Certidão nº: 1736363/2025
Expedição: 09/01/2025, às 16:45:14
Validade: 08/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **18.737.480 ADAO PEREIRA ROCHA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **18.737.480/0001-33, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CPL
Fls. 104

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: 18.737.480 ADAO PEREIRA ROCHA
CNPJ: 18.737.480/0001-33

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:44:44 do dia 09/01/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 08/07/2025.
Código de controle da certidão: **6FBB.0880.ABD9.4464**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

AV DIOGENES DE BRITO, QD.05, LT.1 - ALTO DA BOA VISTA
PIUM - ESTADO TOCANTINS - CEP: 77570-000

CPL
Fls. 105

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Prazo de Validade: até 09/04/2025

CONTROLE: DJIVPX18EXTC3IHN
FINALIDADE: Outros

Certificamos que até a presente data não constam débitos **da pessoa com o código nº 10306, ADÃO PEREIRA ROCHA - MEI CNPJ nº 18.737.480/0001-33 com o nome de fantasia sendo BRACIM PUBLICIDADE residente à DONA ANA FERREIRA DE CARVALHO CHÃO DE ESTRELAS em PIUM - TO**, conforme constatamos verificando os arquivos da Fazenda Pública Municipal.

Ficam ressalvados todavia, os direitos da mesma fazenda pelas omissões ou quaisquer irregularidades que venham a ser verificadas posteriormente, mesmo no período de validade desta certidão.

Esta certidão é emitida eletronicamente, e deverá ser validada para a confirmação da sua autenticidade, no endereço eletrônico . Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação no âmbito da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de PIUM.

Flávio Augusto Araújo de Sa
Chefe de Dep. de Controle Orçamentario
Sec.Municipal de Finanças
Portaria:05/2021

SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS - PIUM-TOCANTINS
COLETORIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE PIUM, Quinta-feira, 9 de janeiro de 2025

Emitida por: 13-FLAVIO

Emitida em 09/01/2025 16:53:21

TERMO DE CREDENCIAMENTO

O Fundo Municipal de saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no anexo I da Prefeitura localizado na rua 04 centro, município de PIUM - TO, inscrito no CNPJ (MF) nº 12.059.635/0001-43, representado por seu gestor, **Dione Ribeiro da Silva**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 027.038.771-45, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, ADÃO PEREIRA ROCHA -ME, inscrito CNPJ nº 18.737.480/0001-33, doravante denominado(a) simplesmente **CREDENCIADO (A)**, celebram este Termo de Credenciamento para a prestação dos serviços propaganda volante por meio de carro de som, vinculado ao Edital de Chamamento Público nº 001/2025 e de conformidade com a Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto municipal 132/2021 de 10 de agosto de 2021, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

Cláusula Primeira O presente Termo tem por objeto a realização, pela(o) **CREDENCIADA(O)**, da PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA e demais Fundos DO MUNICÍPIO DE PIUM - TO,

PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula Segunda O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta meses).

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Terceira São obrigações do **MUNICIPIO** :

I – disponibilizar a estrutura, materiais e condições necessárias a boa execução dos serviços do(a) credenciado(a);

II – pagar os honorários de acordo com o previsto no Anexo I – Remuneração, dos serviços.

Cláusula Quarta São obrigações da **CREDENCIADO(A)**:

I - Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

II - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao pessoal que o MUNICIPIO designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções.

Cláusula Quinta Pelos serviços ora ajustados, o **CREDENCIADO (A)** será remunerada exclusivamente de acordo com o disposto no do Anexo I – Remuneração dos serviços, não podendo reclamar do Município qualquer outro valor a esse título.

DA RESCISÃO

Cláusula Sexta Este Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo, mediante termo próprio e notificação prévia de 30 (trinta) dias, desde que atendida a conveniência do **FUNDO**

Cláusula Sétima Será rescindido o presente Termo, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito à indenização, por parte da **CREDENCIADO(A)**, se este:

I - não cumprir regularmente quaisquer das obrigações assumidas neste Termo;

II - subcontratar os serviços, sem autorização do **MUNICIPIO** , ou, em qualquer hipótese, transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Credenciamento;

III - executar os serviços com imperícia técnica;

IV - paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos;

V - demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade técnica ou má fé;

VI - atrasar injustificadamente a execução dos serviços.

Cláusula oitava O MUNICIPIO poderá, ainda, rescindir este Termo na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas por lei.

NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS

Cláusula Décima Aplicam-se a esse termo de credenciamento as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições do Edital de Chamamento Público nº 001/2025, e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos.

FORO DE ELEIÇÃO

Cláusula Décima Primeira Para questões ou litígios decorrentes do presente credenciamento fica eleito o Foro da Comarca de Cristalândia, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

PIUM, 13 de janeiro de 2025.

DIONE RIBEIRO DA SILVA
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

ADÃO PEREIRA ROCHA
CNPJ:18.737.480/0001-33

Dione Ribeiro da Silva
Secretário de Saúde - Pium-TO
Portaria nº 08 de 01/01/2025

CPL
Fls. 108

TERMO DE CONTRATO Nº 003/2025

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA E DEMAIS FUNDOS DO MUNICIPIO DE PIUM –TO.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no anexo I da Prefeitura localizado na rua 04, centro município de PIUM - TO, inscrito no CNPJ (MF) nº 12.059.635/0001-43, representado por sua gestor, **DIONE RIBEIRO DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 027.038.771-45, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado; ADÃO PEREIRA ROCHA-ME com sede e foro na Rua Dona Ana Ferreira de Carvalho, n°02, cidade de Pium-To, inscrito no CNPJ n°18.737.480/0001-33, por seu proprietário, o Sr. ADÃO PEREIRA ROCHA, portador do CPF n°979.128.401/0001-68, e RG n°672188 SEJSP/TO, residente e domiciliado nesta cidade de Pium-To, denominado CONTRATADO(A), firmam o presente instrumento para prestação de serviços na área da saúde, conforme seguintes cláusulas e condições.

DO FUNDAMENTO JURIDICO DO CONTRATO – o presente contrato público de prestação de serviços e firmado nos termos da lei n° 14.133/2021 e federal n°11.878 e decretos municipais, através do Chamamento Público Federal n°001/2025.

Fundamenta-se ainda o presente contrato de prestação de serviços, em autorização legislativa consubstanciada na inclusão de dotação orçamentaria especifica para contratação de serviços de terceiros, não configurando assim, qualquer vínculo empregatício ou de admissão de pessoal, ainda que indiretamente.

Para todos os efeitos e para melhor caracterização dos serviços, bem assim definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, como todos os seus anexos, os seguintes documento: Chamamento Publico001/2025.

CPL
Fls. 109

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **prestação de serviço de propaganda volante por meio de carro de som para divulgação das campanhas e ações da prefeitura e demais fundos do município de Pium-To.**

§ 1°- O (A) CONTRATADO (A) declara que aceita prestar os serviços, objeto deste contrato, com total observância do regime do CONTRATANTE.

§ 2°- Os serviços serão prestados: na cidade de PIUM, conforme demanda mandada pelo Fundo Municipal de Saude

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO (A) O (A) CONTRATADO (A) deverá iniciar o atendimento imediatamente após assinatura do Termo contratual;

§ 1° - Deverá manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhista, sociais, previdenciárias, tributarias e/ ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

§ 2° - O (A) proporcionará todas as facilidades necessárias ao pessoal que o CONTRATANTE designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe e faculta; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

§ 1°- Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas as informações que se fizerem necessárias para realização completa da execução do contrato;

§ 2°- |Reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, caso verifique que os mesmos não estejam em conformidade com o estabelecido neste instrumento, sem que caiba qualquer indenização ou ressarcimento ao (a) CONTRATADO (A)

§ 3°- Notificar por escrito ao (a) CONTRATADO (A) da aplicação de eventuais multas, da suspensão da execução dos serviços e da sustação do pagamento;

§ 4°- Efetuar o pagamento de conformidade com o contrato;

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO:

Os serviços, que tenham sido regularmente prestados conforme o estipulado na " CLAUSULA PRIMEIRA" serão pagos ao (a) CONTRATADO (A), pelo CONTRATANTE, o preço justo e acertado, mediante apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços ou Recibo competentemente atestado por servidor credenciado conforme valores abaixo:

Item	Descrição do Material	QUAT. MES	VALOR MENSAL.	Preço Total
1	**CONTRTAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE PIUM DO TOCANTINS, EM VEICULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITANIO OU SILIMAR, COM APARELHO COMPATIVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULO EM CARRO DE SOM.**	12 MESES	R$ 800,00	R$ 9.600,00

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:
O pagamento ao (a) CONTRATADO (A) será efetuado até o dia 15° (decimo quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços;

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO:
O (a) CONTRATANTE (A) poderá fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste TERMO, inclusive, a afetiva realização dos serviços prestados;

Parágrafo único – A fiscalização de que trata está "CLAUSULA" terá por objeto, notadamente, a qualidade da prestação dos serviços bem como o controle " a posteriori" da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao (a) CONTRATADO (A) integral responsabilidade e eficiência técnica da prestação realizados, assim a faculdade de tal fiscalização, mesmo quando exercida, não elidara, nem reduzira, a responsabilidade de sua administração e propostos, inclusive perante terceiros proveniente de qualquer ação indevida ou emissão, cuja eventual ocorrência não implicara jamais co-responsabilidade do CONTRATANTE;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES:

Mediante termo aditivo, o presente ajuste será modificado pelas partes, sempre que concorrer alteração do Termo de Contratação;

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE:

O CONTRATANTE providenciara a publicação resumida, do contrato, bem como de termo aditivo, se for o caso, e outras de terminadas em lei;

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES E SAÇÕES:

A inobservância pelo (a) CONTRATADO (A) de qualquer clausula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizara o CONTRATANTE a aplicar a seu critério, penalidades e sanções previstas em lei:

§ 1°- A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta CLAUSULA não elidira o direito da sanção acarretar para ele ou terceiro; pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá garantida previa defesa, aplicar ao (a0 CONTRATADO (A) as sanções previstas em lei;

§ 2°- O (A) CONTRATADO (A) ficara sujeito as seguintes penalidades caso deixe de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas em Contrato, sendo

a)- **MULTA DE 1%(um por cento) SOBRE O VALOR CONTRATUAL, A CADA DIA DO NÃO INICO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO PRAZO ESTIPULADO,** ate o limite de 20%(vinte por cento) quando então, sera decretada a rescisão unilateral do contrato, por culpa exclusiva do (a) CONTRATADO(A)

b)- Multa de 3% (três por cento) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligencia, o (a) CONTRATTADO(A) infringir qualquer das demais obrigações contratuais;

c)- Suspensão do direito de participar de licitações e/ou Contratos em qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de 2 (dois) anos quando, por culpa do (a) CONTRATAÇÃO (A) ocorrer suspensão ou a rescisão administrativa;

d)- As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

e)- Quando o valor total das multas aplicadas atingirem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor contratual, incluindo o 2°, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA APLICAÇÃO DE MULTA

Quando da aplicação de multa, o **CONTRATANTE** notificara o (a) **CONTRATADO (A)** que terá o prazo de 05 (cinco) dias uteis para apresentar defesa previa ao Município através da Diretoria dos serviços de educação Mantida a aplicação da multa, caberá no mesmo prazo, recurso a autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, o (a) **CONTRATADO (A)** terá prazo de 05

CPL
Fls. 112

(cinco) dias uteis para recolher a Tesouraria do cabíveis, podendo o **CONTRATANTE** inclusive , reter pagamento de fatura, ate o efetivo pagamento da multa, como garantida do recebimento desta

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGENCIA
O presente Termo terá vigência a partir de 13 de janeiro de 2025 a 13 de janeiro de 2026 extinguindo seus efeitos em 13 de fevereiro

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO
Pela sua inexecução total ou parcial o presente contrato será rescindido em qualquer tempo através de ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados lei 14.133/2021

Parágrafo único; Mediante simples aviso extra –judicial, com antecedência mínima de 30(trinta) dias poderá haver a rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, precedida de autorização escrita e fundamentada da gestão.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS:

As despesas das contratações oriundas do presente edital correrão por conta das seguintes dotações

orçamentarias: **SAUDE**;04.0020 / 10.122.0003.2082 / 339039/ DC.335 /

Parágrafo único: O presente contrato tem valor estimado para seu período de vigência de 01/02/2025 a 01/02/2026 em R$9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), com base nos dados estipulado (s) clausula (s) própria (s), seguindo os preços de cotações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:
O presente TERMO foi celebrado em conformidade com as suas cláusulas contratuais e ciência das partes envolvidas.

Parágrafo único: Os casos omissos e qualquer duvidas advindas deste Termo Contratual serão resolvidos pela legislação em vigor incidente a matéria, elegendo-se, para tanto, o Foro da comarca de Cristalândia/To.

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente Termo Contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, abaixo ratificado pelas partes contratantes, para que surta seus efeitos

Pium-TO, 13 DE janeiro de 2025.

CPL
Fls. 113

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
CNPJ; 12.059.635/0001-43
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

_____
DIONE RIBEIRO DA SILVA
Gestor do fundo municipal de saude

_____
ADÃO PEREIRA ROCHA-ME
CNPJ: 18.737.480/0001-33
CONTRATADO

TESTAMUNHAS: *1-*_____ 2-_____
CPF: CPF

CPL
Fls. 114

TERMO DE CREDENCIAMENTO

O Fundo Municipal de Educação, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Diógenes de Brito nº 01, Setor Alto Da Boa Vista município de PIUM - TO, inscrito no CNPJ (MF) nº 30.463.609/0001-68, representado por sua gestora ,**Eliane Araújo Do Monte Palma Silva** inscrito no CPF/MF sob o n.º 690.458.521-87, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, ADÃO PEREIRA ROCHA -ME, inscrito CNPJ nº 18.737.480/0001-33, doravante denominado(a) simplesmente **CREDENCIADO (A)**, celebram este Termo de Credenciamento para a prestação dos serviços propaganda volante por meio de carro de som, vinculado ao Edital de Chamamento Público nº 001/2025 e de conformidade com a Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto municipal 132/2021 de 10 de agosto de 2021, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

Cláusula Primeira O presente Termo tem por objeto a realização, pela(o) **CREDENCIADA(O)**, da PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA e demais Fundos DO MUNICÍPIO DE PIUM - TO,

PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula Segunda O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta meses).

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Terceira São obrigações do **MUNICIPIO** :

I – disponibilizar a estrutura, materiais e condições necessárias a boa execução dos serviços do(a) credenciado(a);

II – pagar os honorários de acordo com o previsto no Anexo I – Remuneração, dos serviços.

Cláusula Quarta São obrigações da **CREDENCIADO(A)**:

I - Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

II - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao pessoal que o MUNICIPIO designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções.

Cláusula Quinta Pelos serviços ora ajustados, o **CREDENCIADO (A)** será remunerada exclusivamente de acordo com o disposto no do Anexo I – Remuneração dos serviços, não podendo reclamar do Município qualquer outro valor a esse título.

DA RESCISÃO

Cláusula Sexta Este Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo, mediante termo próprio e notificação prévia de 30 (trinta) dias, desde que atendida a conveniência do **FUNDO**

Cláusula Sétima Será rescindido o presente Termo, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito à indenização, por parte da **CREDENCIADO(A)**, se este:

I - não cumprir regularmente quaisquer das obrigações assumidas neste Termo;

II - subcontratar os serviços, sem autorização do **MUNICIPIO** , ou, em qualquer hipótese, transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Credenciamento;

III - executar os serviços com imperícia técnica;

IV - paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos;

V - demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade técnica ou má fé;

VI - atrasar injustificadamente a execução dos serviços.

Cláusula oitava O MUNICIPIO poderá, ainda, rescindir este Termo na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas por lei.

NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS

Cláusula Décima Aplicam-se a esse termo de credenciamento as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições do Edital de Chamamento Público nº 001/2025, e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos.

FORO DE ELEIÇÃO

Cláusula Décima Primeira Para questões ou litígios decorrentes do presente credenciamento fica eleito o Foro da Comarca de Cristalândia, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

PIUM, 13 de janeiro de 2025.

ELIANE ARAUJO DO MONTE PALMA SILVA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇAÕ
CNPJ: 30.463.609/0001-68
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

CPL
Fls. 116

ADÃO PEREIRA ROCHA
CNPJ:18.737.480/0001-33

CPL
Fls. 117

TERMO DE CONTRATO Nº 003/2025

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA E DEMAIS FUNDOS DO MUNICIPIO DE PIUM –TO.

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Diogenes de Brito nº 01, Setor Alto da Boa vista município de PIUM - TO, inscrito no CNPJ (MF) nº 30.463.609/0001-68, representado por sua gestora, **ELIANE ARAUJO DO MONTE PALMA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 690.458.521-87, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado; ADÃO PEREIRA ROCHA-ME com sede e foro na Rua Dona Ana Ferreira de Carvalho, nº02, cidade de Pium-To, inscrito no CNPJ nº18.737.480/0001-33, por seu proprietário, o Sr. ADÃO PEREIRA ROCHA, portador do CPF nº979.128.401/0001-68, e RG nº672188 SEJSP/TO, residente e domiciliado nesta cidade de Pium-To, denominado CONTRATADO(A), firmam o presente instrumento para prestação de serviços na área da educação, conforme seguintes cláusulas e condições.

DO FUNDAMENTO JURIDICO DO CONTRATO – o presente contrato público de prestação de serviços e firmado nos termos da lei nº 14.133/2021 e federal nº11.878 e decretos municipais, através do Chamamento Público Federal nº001/2025.

Fundamenta-se ainda o presente contrato de prestação de serviços, em autorização legislativa consubstanciada na inclusão de dotação orçamentaria especifica para contratação de serviços de terceiros, não configurando assim, qualquer vínculo empregatício ou de admissão de pessoal, ainda que indiretamente.

Para todos os efeitos e para melhor caracterização dos serviços, bem assim definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, como todos os seus anexos, os seguintes documento: Chamamento Publico001/2025.

CPL
Fls. 118

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **prestação de serviço de propaganda volante por meio de carro de som para divulgação das campanhas e ações da prefeitura e demais fundos do município de Pium-To.**

§ 1°- O (A) CONTRATADO (A) declara que aceita prestar os serviços, objeto deste contrato, com total observância do regime do CONTRATANTE.

§ 2°- Os serviços serão prestados: na cidade de PIUM, conforme demanda mandada pelo fundo municipal de educação

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO (A) O (A) CONTRATADO (A) deverá iniciar o atendimento imediatamente após assinatura do Termo contratual;

§ 1° - Deverá manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhista, sociais, previdenciárias, tributarias e/ ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

§ 2° - O (A) proporcionará todas as facilidades necessárias ao pessoal que o CONTRATANTE designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe e faculta; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

§ 1°- Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas as informações que se fizerem necessárias para realização completa da execução do contrato;

§ 2°- |Reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, caso verifique que os mesmos não estejam em conformidade com o estabelecido neste instrumento, sem que caiba qualquer indenização ou ressarcimento ao (a) CONTRATADO (A)

§ 3°- Notificar por escrito ao (a) CONTRATADO (A) da aplicação de eventuais multas, da suspensão da execução dos serviços e da sustação do pagamento;

§ 4°- Efetuar o pagamento de conformidade com o contrato;

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO:

Os serviços, que tenham sido regularmente prestados conforme o estipulado na " CLAUSULA PRIMEIRA" serão pagos ao (a) CONTRATADO (A), pelo CONTRATANTE, o preço justo e acertado, mediante apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços ou Recibo competentemente atestado por servidor credenciado conforme valores abaixo:

CPL
Fls. 119

Item	Descrição do Material	QUAT. MES	VALOR MENSAL.	Preço Total
1	**CONTRTAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE PIUM DO TOCANTINS, EM VEICULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITANIO OU SILIMAR, COM APARELHO COMPATIVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULO EM CARRO DE SOM.**	12 MESES	R$ 800,00	R$ 9.600,00

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:
O pagamento ao (a) CONTRATADO (A) será efetuado até o dia 15° (decimo quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços;

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO:
O (a) CONTRATANTE (A) poderá fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste TERMO, inclusive, a afetiva realização dos serviços prestados;

Parágrafo único – A fiscalização de que trata está "CLAUSULA" terá por objeto, notadamente, a qualidade da prestação dos serviços bem como o controle " a posteriori" da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao (a) CONTRATADO (A) integral responsabilidade e eficiência técnica da prestação realizados, assim a faculdade de tal fiscalização, mesmo quando exercida, não elidara, nem reduzira, a responsabilidade de sua administração e propostos, inclusive perante terceiros proveniente de qualquer ação indevida ou emissão, cuja eventual ocorrência não implicara jamais co-responsabilidade do CONTRATANTE;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES:

Mediante termo aditivo, o presente ajuste sera modificado pelas partes, sempre que concorrer alteração do Termo de Contratação;

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE:

O CONTRATANTE providenciara a publicação resumida, do contrato, bem como de termo aditivo, se for o caso, e outras de terminadas em lei;

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES E SAÇÕES:

A inobservância pelo (a) CONTRATADO (A) , de qualquer clausula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizara o CONTRATANTE a aplicar a seu critério, penalidades e sanções previstas em lei:

§ 1°- A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta CLAUSULA não elidira o direito da sanção acarretar para ele ou terceiro; pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá garantida previa defesa, aplicar ao (a0 CONTRATADO (A) as sanções previstas em lei;

§ 2°- O (A) CONTRATADO (A) ficara sujeito as seguintes penalidades caso deixe de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas em Contrato, sendo

a)- **MULTA DE 1%(um por cento) SOBRE O VALOR CONTRATUAL, A CADA DIA DO NÃO INICO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO PRAZO ESTIPULADO,** ate o limite de 20%(vinte por cento) quando então, sera decretada a rescisão unilateral do contrato, por culpa exclusiva do (a) CONTRATADO(A)

b)- Multa de 3% (três por cento) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligencia, o (a) CONTRATTADO(A) infringir qualquer das demais obrigações contratuais;

c)- Suspensão do direito de participar de licitações e/ou Contratos em qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de 2 (dois) anos quando, por culpa do (a) CONTRATAÇÃO (A) ocorrer suspensão ou a rescisão administrativa;

d)- As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

e)- Quando o valor total das multas aplicadas atingirem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor contratual, incluindo o 2°, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA APLICAÇÃO DE MULTA

Quando da aplicação de multa, o **CONTRATANTE** notificara o (a) **CONTRATADO (A)** que terá o prazo de 05 (cinco) dias uteis para apresentar defesa previa ao Município através da Diretoria dos serviços de educação Mantida a aplicação da multa, caberá no mesmo prazo, recurso a autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, o (a) **CONTRATADO (A)** terá prazo de 05

(cinco) dias uteis para recolher a Tesouraria do cabíveis, podendo o **CONTRATANTE** inclusive , reter pagamento de fatura, ate o efetivo pagamento da multa, como garantida do recebimento desta

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGENCIA
O presente Termo terá vigência a partir de 13 de janeiro de 2025 a 13 de janeiro de 2026 extinguindo seus efeitos em 13 de fevereiro

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO
Pela sua inexecução total ou parcial o presente contrato será rescindido em qualquer tempo através de ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados lei 14.133/2021

Parágrafo único; Mediante simples aviso extra –judicial, com antecedência mínima de 30(trinta) dias poderá haver a rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, precedida de autorização escrita e fundamentada da gestão.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS:

As despesas das contratações oriundas do presente edital correrão por conta das seguintes dotações

orçamentarias: **PREFEITURA**;03.0002 / 04.122.0003.2006 / 339039/ DC.39 /

Parágrafo único: O presente contrato tem valor estimado para seu período de vigência de 01/02/2025 a 01/02/2026 em R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), com base nos dados estipulado (s) clausula (s) própria (s), seguindo os preços de cotações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:
O presente TERMO foi celebrado em conformidade com as suas cláusulas contratuais e ciência das partes envolvidas.

Parágrafo único: Os casos omissos e qualquer duvidas advindas deste Termo Contratual serão resolvidos pela legislação em vigor incidente a matéria, elegendo-se, para tanto, o Foro da comarca de Cristalândia/To.

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente Termo Contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, abaixo ratificado pelas partes contratantes, para que surta seus efeitos

Pium-TO, 13 DE janeiro de 2025.

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ; 30.463.609/0001-68
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

CPL
Fls. 122

ELIANE ARAUJO DO MONTE PALMA SILVA
Gestora do fundo municipal de educação

ADÃO PEREIRA ROCHA-ME
CNPJ: 18.737.480/0001-33
CONTRATADO

TESTAMUNHAS: *1-*_____ 2-_____
CPF: CPF

TERMO DE CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE PIUM - TO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Diogenes de Brito nº 01, Setor Alto da Boa vista município de PIUM - TO, inscrito no CNPJ (MF) nº 01.189.497/0001-09, representado por seu gestor, **FERNANDO BELARMINO DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 011.865.451-94, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, ADÃO PEREIRA ROCHA -ME, incrinto CNPJ nº 18.737.480/0001-33, doravante denominado(a) simplesmente **CREDENCIADO (A)**, celebram este Termo de Credenciamento para a prestação dos serviços propaganda volante por meio de carro de som, vinculado ao Edital de Chamamento Público nº 001/2025 e de conformidade com a Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto municipal 132/2021 de 10 de agosto de 2021, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

Cláusula Primeira O presente Termo tem por objeto a realização, pela(o) **CREDENCIADA(O)**, da PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA e demais Fundos DO MUNICÍPIO DE PIUM - TO,

PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula Segunda O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data a partir de 01 de fevereiro de 2025 a 01 de fevereiro de 2026 a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta meses).

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Terceira São obrigações do **MUNICIPIO** :

I – disponibilizar a estrutura, materiais e condições necessárias a boa execução dos serviços do(a) credenciado(a);

II – pagar os honorários de acordo com o previsto no Anexo I – Remuneração, dos serviços.

Cláusula Quarta São obrigações da **CREDENCIADO(A)**:

I - Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

II - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao pessoal que o MUNICIPIO designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções.

Cláusula Quinta Pelos serviços ora ajustados, o **CREDENCIADO (A)** será remunerada exclusivamente de acordo com o disposto no do Anexo I – Remuneração dos serviços, não podendo reclamar do Município qualquer outro valor a esse título.

DA RESCISÃO

Cláusula Sexta Este Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo, mediante termo próprio e notificação prévia de 30 (trinta) dias, desde que atendida a conveniência do **FUNDO**

Cláusula Sétima Será rescindido o presente Termo, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito à indenização, por parte da **CREDENCIADO(A)**, se este:

I - não cumprir regularmente quaisquer das obrigações assumidas neste Termo;

II - subcontratar os serviços, sem autorização do **MUNICIPIO** , ou, em qualquer hipótese, transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Credenciamento;

III - executar os serviços com imperícia técnica;

IV - paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos;

V - demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade técnica ou má fé;

VI - atrasar injustificadamente a execução dos serviços.

Cláusula oitava O MUNICIPIO poderá, ainda, rescindir este Termo na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas por lei.

NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS

Cláusula Décima Aplicam-se a esse termo de credenciamento as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições do Edital de Chamamento Público nº 001/2025, e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos.

FORO DE ELEIÇÃO

Cláusula Décima Primeira Para questões ou litígios decorrentes do presente credenciamento fica eleito o Foro da Comarca de Cristalândia, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

PIUM, 10 de janeiro de 2025.

MUNICÍPIO DE PIUM – TO
FERNANDO BELARMINO DA SILVA
CONTRATANTE

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

CPL
Fls. 125

ADÃO PEREIRA ROCHA
CNPJ:18.737.480/0001-33

CPL
Fls. 126

TERMO DE CONTRATO Nº 003/2025

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA E DEMAIS FUNDOS DO MUNICIPIO DE PIUM –TO.

O MUNICIPIO DE PIUM-TO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Diogenes de Brito nº 01, Setor Alto da Boa vista município de PIUM - TO, inscrito no CNPJ (MF) nº 30.463.609/0001-68, representado por sua gestora, **FERNANDO BELARMINO DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 011.865.451-94, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado; ADÃO PEREIRA ROCHA-ME com sede e foro na Rua Dona Ana Ferreira de Carvalho, n°02, cidade de Pium-To, inscrito no CNPJ n°18.737.480/0001-33, por seu proprietário, o Sr. ADÃO PEREIRA ROCHA, portador do CPF n°979.128.401/0001-68, e RG n°672188 SEJSP/TO, residente e domiciliado nesta cidade de Pium-To, denominado CONTRATADO(A), firmam o presente instrumento para prestação de serviços na área da prefeitura, conforme seguintes cláusulas e condições.

DO FUNDAMENTO JURIDICO DO CONTRATO – o presente contrato público de prestação de serviços e firmado nos termos da lei nº 14.133/2021 e federal n°11.878 e decretos municipais, através do Chamamento Público Federal n°001/2025.

Fundamenta-se ainda o presente contrato de prestação de serviços, em autorização legislativa consubstanciada na inclusão de dotação orçamentaria especifica para contratação de serviços de terceiros, não configurando assim, qualquer vínculo empregatício ou de admissão de pessoal, ainda que indiretamente.

Para todos os efeitos e para melhor caracterização dos serviços, bem assim definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, como todos os seus anexos, os seguintes documento: Chamamento Publico001/2025.

CPL
Fls. 127

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **prestação de serviço de propaganda volante por meio de carro de som para divulgação das campanhas e ações da prefeitura e demais fundos do município de Pium-To.**

§ 1°- O (A) CONTRATADO (A) declara que aceita prestar os serviços, objeto deste contrato, com total observância do regime do CONTRATANTE.

§ 2°- Os serviços serão prestados: na cidade de PIUM, conforme demanda mandada pela Prefeitura Municipal de Pium-To

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO (A) O (A) CONTRATADO (A) deverá iniciar o atendimento imediatamente após assinatura do Termo contratual;

§ 1° - Deverá manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhista, sociais, previdenciárias, tributarias e/ ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

§ 2° - O (A) proporcionará todas as facilidades necessárias ao pessoal que o CONTRATANTE designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe e faculta; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

§ 1°- Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas as informações que se fizerem necessárias para realização completa da execução do contrato;

§ 2°- |Reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, caso verifique que os mesmos não estejam em conformidade com o estabelecido neste instrumento, sem que caiba qualquer indenização ou ressarcimento ao (a) CONTRATADO (A)

§ 3°- Notificar por escrito ao (a) CONTRATADO (A) da aplicação de eventuais multas, da suspensão da execução dos serviços e da sustação do pagamento;

§ 4°- Efetuar o pagamento de conformidade com o contrato;

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO:

Os serviços, que tenham sido regularmente prestados conforme o estipulado na " CLAUSULA PRIMEIRA" serão pagos ao (a) CONTRATADO (A), pelo CONTRATANTE, o preço justo e acertado, mediante apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços ou Recibo competentemente atestado por servidor credenciado conforme valores abaixo:

CPL
Fls. 128

Item	Descrição do Material	QUAT. MES	VALOR MENSAL.	Preço Total
1	CONTRTAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE PIUM DO TOCANTINS, EM VEICULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM MOTORISTA HABILITADO, SISTEMA DE SOM EM CAIXAS DE SOM COM ALTO FALANTES E DRIVERS DE TITANIO OU SILIMAR, COM APARELHO COMPATIVEL COM PENDRIVE/MP3, GRAVAÇÃO DE VINHETAS COM LOCUÇÃO DE TODAS AS DIVULGAÇÕES SOLICITADAS EM PENDRIVE OU MP3 OU SIMILAR, PARA VEICULO EM CARRO DE SOM.	12 MESES	R$ 1200,00	R$ 14.400,00

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:
O pagamento ao (a) CONTRATADO (A) será efetuado até o dia 15° (decimo quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços;

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO:
O (a) CONTRATANTE (A) poderá fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste TERMO, inclusive, a afetiva realização dos serviços prestados;

Parágrafo único – A fiscalização de que trata está "CLAUSULA" terá por objeto, notadamente, a qualidade da prestação dos serviços bem como o controle " a posteriori" da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao (a) CONTRATADO (A) integral responsabilidade e eficiência técnica da prestação realizados, assim a faculdade de tal fiscalização, mesmo quando exercida, não elidara, nem reduzira, a responsabilidade de sua administração e propostos, inclusive perante terceiros proveniente de qualquer ação indevida ou emissão, cuja eventual ocorrência não implicara jamais co-responsabilidade do CONTRATANTE;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES:

Mediante termo aditivo, o presente ajuste será modificado pelas partes, sempre que concorrer alteração do Termo de Contratação;

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE:

O CONTRATANTE providenciara a publicação resumida, do contrato, bem como de termo aditivo, se for o caso, e outras de terminadas em lei;

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES E SAÇÕES:

A inobservância pelo (a) CONTRATADO (A) de qualquer clausula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizara o CONTRATANTE a aplicar a seu critério, penalidades e sanções previstas em lei:

§ 1°- A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta CLAUSULA não elidira o direito da sanção acarretar para ele ou terceiro; pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá garantida previa defesa, aplicar ao (a0 CONTRATADO (A) as sanções previstas em lei;

§ 2°- O (A) CONTRATADO (A) ficara sujeito as seguintes penalidades caso deixe de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas em Contrato, sendo

a)- **MULTA DE 1%(um por cento) SOBRE O VALOR CONTRATUAL, A CADA DIA DO NÃO INICO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO PRAZO ESTIPULADO,** ate o limite de 20%(vinte por cento) quando então, sera decretada a rescisão unilateral do contrato, por culpa exclusiva do (a) CONTRATADO(A)

b)- Multa de 3% (três por cento) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligencia, o (a) CONTRATTADO(A) infringir qualquer das demais obrigações contratuais;

c)- Suspensão do direito de participar de licitações e/ou Contratos em qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de 2 (dois) anos quando, por culpa do (a) CONTRATAÇÃO (A) ocorrer suspensão ou a rescisão administrativa;

d)- As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

e)- Quando o valor total das multas aplicadas atingirem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor contratual, incluindo o 2°, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA APLICAÇÃO DE MULTA

Quando da aplicação de multa, o **CONTRATANTE** notificara o (a) **CONTRATADO (A)** que terá o prazo de 05 (cinco) dias uteis para apresentar defesa previa ao Município através da Diretoria dos serviços de educação Mantida a aplicação da multa, caberá no mesmo prazo, recurso a autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, o (a) **CONTRATADO (A)** terá prazo de 05

CPL
Fls. 130

(cinco) dias uteis para recolher a Tesouraria do cabíveis, podendo o **CONTRATANTE** inclusive , reter pagamento de fatura, ate o efetivo pagamento da multa, como garantida do recebimento desta

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGENCIA
O presente Termo terá vigência a partir de 13 de janeiro de 2025 a 13 de janeiro de 2026 extinguindo seus efeitos em 13 de fevereiro

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO
Pela sua inexecução total ou parcial o presente contrato será rescindido em qualquer tempo através de ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados lei 14.133/2021

Parágrafo único; Mediante simples aviso extra –judicial, com antecedência mínima de 30(trinta) dias poderá haver a rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, precedida de autorização escrita e fundamentada da gestão.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS:

As despesas das contratações oriundas do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentarias: **PREFEITURA**;03.0002 / 04.122.0003.2006 / 339039/ DC.39 /

Parágrafo único: O presente contrato tem valor estimado para seu período de vigência de 01/02/2025 a 01/02/2026 em R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), com base nos dados estipulado (s) clausula (s) própria (s), seguindo os preços de cotações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:
O presente TERMO foi celebrado em conformidade com as suas cláusulas contratuais e ciência das partes envolvidas.

Parágrafo único: Os casos omissos e qualquer duvidas advindas deste Termo Contratual serão resolvidos pela legislação em vigor incidente a matéria, elegendo-se, para tanto, o Foro da comarca de Cristalândia/To.

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente Termo Contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, abaixo ratificado pelas partes contratantes, para que surta seus efeitos

Pium-TO, 13 DE janeiro de 2025.

CPL
Fls. 131

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ; 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito municipal

ADÃO PEREIRA ROCHA-ME
CNPJ: 18.737.480/0001-33
CONTRATADO

TESTAMUNHAS: *1-*_____ 2-_____
CPF: CPF

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
CNPJ: 12.059.635/0001-43
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

CPL
Fls. 132

Processo Administrativo: Nº 006/2025

Modalidade de Licitação: Chamada Publica N.º 003/2025-FMS

Objeto da Licitação *PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA e demais Fundos DO MUNICÍPIO DE PIUM – TO*

Partes: ADÃO PEREIRA ROCHA-ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.737.480/0001-33 e Município de Pium – TO, CNPJ 01.189.497/0001-09.

Data da assinatura do contrato: 13 de janeiro de 2025

Recursos: 03.0002 / 04.122.0003.2006 / 339039 / DC.39 / FONTE 1.500.0000.000000.

Valor total: R$ **9.600,00** (nove mil e seiscentos reais)

Vigência: a partir de 13 de janeiro de 2025 a 13 de fevereiro de 2026

Fundamentação Legal: Artigo 79, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito de Pium – TO.

CPL
Fls. 133

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 003/2025-FME

Processo Administrativo: Nº 006/2025

Modalidade de Licitação: Chamada Publica N.º 003/2025-PMP

Objeto da Licitação *PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA e demais Fundos DO MUNICÍPIO DE PIUM – TO*

Partes: ADÃO PEREIRA ROCHA-ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.737.480/0001-33 e Município de Pium – TO, CNPJ 01.189.497/0001-09.

Data da assinatura do contrato: 13 de janeiro de 2025

Recursos: 03.0002 / 04.122.0003.2006 / 339039 / DC.39 / FONTE 1.500.0000.000000.

Valor total: R$ **9.600,00** (nove mil e seiscentos reais)

Vigência: a partir de 13 de janeiro de 2025 a 13 de janeiro de 2026

Fundamentação Legal: Artigo 79, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

ELIANE ARAUJO ARAUJO DO MONTE PALMA SILVA
Gestora do fundo municipal de educação

CPL
Fls. 134

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 003/2025-PMP

ocesso Administrativo: Nº 006/2025

Modalidade de Licitação: Chamada Publica N.º 001/2025-PMP

Objeto da Licitação *PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA e demais Fundos DO MUNICÍPIO DE PIUM – TO*

Partes: ADÃO PEREIRA ROCHA-ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.737.480/0001-33 e Município de Pium – TO, CNPJ 01.189.497/0001-09.

Data da assinatura do contrato: 13 de janeiro de 2025

Recursos: 03.0002 / 04.122.0003.2006 / 339039 / DC.39 / FONTE 1.500.0000.000000.

Valor total: R$ **14.400,00** (quatorze mil e quatrocentos reais)

Vigência: 12 meses.

Fundamentação Legal: Artigo 79, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA

Prefeito de Pium – TO.

CPL
fls. 135

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO DE REGULARIDADE Nº 052/2025

PROCESSO Nº	**006/2025**
UNIDADE GESTORA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM – TO.
ASSUNTO	Publicidade volante.
GESTOR RESPONSÁVEL	FERNANDO BELARMINO DA SILVA.
MODALIDADE	**CHAMADA PÚBLICA 001/2025 PMP**
VALOR	14.400,00
EMPRESA	**ADÃO PEREIRA ROCHA.**
ESTÁGIO DA DESPESA	

1. Trata os presentes autos do processo **006/2025**, chamada pública visando a contratação de empresa especializada para prestar serviços de publicidade volante. Gravações de vinhetas e divulgações das ações da Prefeitura Municipal de Pium - TO, submetido a esta Secretaria de Transparência e Controle Interno em atenção ao disposto nos artigos 31,70, 74 e 75 da Constituição Federal; Art 59 da Lei Complementar nº 101/2000, conjugados com o disposto nas Leis nº 4.320/64, artigos 72, 74, 75, 78, 79 e 82 da Lei nº 14.133/21, de acordo com a regulamentação da mesma através do decreto municipal 062/2021 e Lei Orgânica Municipal, venho apresentar parecer de auditoria acerca de análise realizada no processo administrativo de Licitação a manifestar:

2. Primeiramente, registra-se que a Lei nº 495/2002, que instituiu no Município de Pium, o Sistema de Controle Interno e atribui sua competência estabelece; Normas gerais sobre a fiscalização do Município, organizada sob a forma de Sistema de Cont ole Interno Municipal, especialmente nos termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e tomará por base a escrituração e demonstrações contábeis, os relatórios de execução e acompanhamento de projetos e de atividades e outros procedimentos e instrumentos estabelecidos pela legislação em vigor ou órgãos de controle interno e externo.

CPL
fls. 136

DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

03. Para a instrução do processo foram juntados aos autos, em síntese, os seguintes documentos:

a) Propostas de Preço;
b) Autuação;
c) Documento de Formalização da Demanda;
d) E.T.P Estudo Técnico Preliminar;
e) Despacho C.P.L.;
f) Indicação orçamentaria (Setor Contábil);
g) Comprovação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista das empresas que apresentaram as propostas;

DA ANÁLISE

04. Da análise dos autos temos as seguintes considerações:

a) Conclui-se, sinteticamente, que o processo administrativo em tela efetuou legalmente todas as etapas obrigatórias até a presente manifestação deste órgão de controle interno. Diante do exposto, concluímos que os autos assemelham-se estarem revestidos da legalidade necessária, e em conformidade com análise jurídica.

RECOMENDAÇÕES

05. Das recomendações do órgão de Controle Interno.

a) Envio das informações ao Tribunal de contas do Estado do Tocantins – TCE-TO, através do Sistema SICAP-LCO.

b) **Relatório Fiscal de Contrato.**

c) **Atesto do departamento de compras em notas fiscais emitidas.**

CPL
Fls. 137

CONCLUSÃO

06. Lembramos que os ordenadores de despesa são os responsáveis por todas as ações ou omissões a que derem causa no exercício das suas competências.

07. Ante o exposto, abstendo-se de manifestar quanto a questões de ordem estritamente técnica, cujo crivo é de responsabilidade da unidade gestora, **DESDE QUE ATENDIDAS AS RECOMENDAÇÕES ACIMA E HAVENDO MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO JURÍDICO COMPETENTE QUANTO À LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO,** manifesta-se pelo prosseguimento do processo, orientando-se observância quanto ao fluxograma do processo – **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, estabelecida na Lei de Licitações (nº 4.320/64 e artigos 72, 74, 75, 78, 79 e 82 da Lei nº 14.133/21), de acordo com a regulamentação da mesma através do decreto municipal 062/2021.

Devolva - se os autos à origem para conhecimento e providências pertinentes.

3

Pium - TC, 13 de janeiro de 2025.

Kaio Pereira Luz
Decreto 013/2025
Controle Interno

Kaio Pereira Luz
Controle Interno

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, inscrita no CNPJ: 12.059.635/0001-43

Prestação de serviços **médico clinico geral plantonista** no hospital de pequeno poste (HPP) Hospital Nestor da Silva Aguiar.
As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária.

ORGÃO	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DO RECURSO
SÁUDE	10.122.0003.2082 10.122.0003.2086 10.122.0003.2094	3.3.90.39 3.3.90.36	1.500.1002

Valor: 40.000,00 (quarenta mil reais)

Data de assinatura: 03 de março de 2025
Vigência: 12 meses a partir da data de assinatura

Dione Ribeiro da Silva-Gestor do FMS

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 013/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2025
Oriundo do Credenciamento 001/2025.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PALNTONISTA, PARA TENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTORDA SILVA AGUIAR DE PIUM. Contratada: LG MEDIC CENTER LTDA inscrita no **CNPJ:** 44.646.995/0001-38.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, inscrita no CNPJ: 12.059.635/0001-43

Prestação de serviços **médico clinico geral plantonista e Diretor** no hospital de pequeno poste (HPP) Hospital Nestor da Silva Aguiar.
As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária.

ORGÃO	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DO RECURSO
SÁUDE	10.122.0003.2082 10.122.0003.2086 10.122.0003.2094	3.3.90.39 3.3.90.36	1.500.1002

R$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais)

Data de assinatura: 03 de março de 2025
Vigência: 12 meses a partir da data de assinatura

Dione Ribeiro da Silva-Gestor do FMS

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 017/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2025
Oriundo do Credenciamento 001/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PALNTONISTA, PARA TENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTORDA SILVA AGUIAR DE PIUM.Contratada: **Clarismindo Modesto Diniz** inscrita no **CNPJ:** 29.543.830/0001-30.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, inscrita no CNPJ: 12.059.635/0001-43

Prestação de serviços **médico clinico geral plantonista** no hospital de pequeno poste (HPP) Hospital Nestor da Silva Aguiar.
As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária.

ORGÃO	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DO RECURSO
SÁUDE	10.122.0003.2082 10.122.0003.2086 10.122.0003.2094	3.3.90.39 3.3.90.36	1.500.1002

Valor: 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Data de assinatura: 03 de março de 2025.
Vigência: 12 meses a partir da data de assinatura.

Dione Ribeiro da Silva-Gestor do FMS.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 003/2025 - FME

Processo Administrativo: Nº 006/2025
Modalidade de Licitação: Chamada Publica N.º 003/2025-PMP
Objeto da Licitação PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA e demais Fundos DO MUNICÍPIO DE PIUM – TO
Partes: ADÃO PEREIRA ROCHA-ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.737.480/0001-33 e Município de Pium – TO, CNPJ 01.189.497/0001-09.
Data da assinatura do contrato: 13 de janeiro de 2025
Recursos: 03.0002 / 04.122.0003.2006 / 339039 / DC.39 / FONTE 1.500.0000.000000.
Valor total: R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)
Vigência: a partir de 13 de janeiro de 2025 a 13 de janeiro de 2026
Fundamentação Legal: Artigo 79, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

ELIANE ARAUJO ARAUJO DO MONTE PALMA SILVA
Gestora do fundo municipal de educação

55008824363043439 31

PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL N°57/2025, DE 31 DE MARÇO DE 2025.

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Turismo de Pium e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIUM, Estado do Tocantins, no uso das atribuições que lhe confere, Considerando a necessidade de nomear os membros do Conselho Municipal de Turismo do Município de Pium.

DECRETA:
Art. 1°- Ficam nomeados os membros titulares e seus respectivos suplentes abaixo relacionados, para composição do Conselho Municipal de Turismo, conforme suas representações que específicas.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

A) Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente
Titular: Diego Luiz Vieira
Suplente: Izabel Cristina Martins de Sousa

B) Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Bianca Gomes de Oliveira
Suplente: Thiago Siqueira de Oliveira

C) Secretaria Municipal de Educação
Titular: Josaime Tavares Fernandes
Suplente: Heloisa Monte Palma Silva

D) Secretaria Municipal de Administração
Titular: Edvan Gomes de Oliveira
Suplente: Luana Lopes Cordeira

E) Secretaria Municipal de Agricultura
Titular: Roberval Paulo da Silva
Suplente: Karinne Yeda Gomes Camelo

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

A) Pousada de Pium - TO
Titular: Eugênia Assunção
Suplente: Bibiana Assunção

B) Comerciantes Locais de Pium - TO
Titular: Sebastião Soares de Oliveira
Suplente: Silene Gomes da Silva Oliveira

C) Restaurantes de Pium - TO
Titular: Albina Maria dos Santos
Suplente: Sonia Maria dos Santos

D) Extrativismo do Município de Pium/TO
Titular: Vera Lucia Sousa da Silva
Suplente: Luiz Eduardo da Silva Costa

E) Representante Indígena
Titular: Cacique Sanção Karaja
Suplente: Zulene Maria Pereira da Silva

Art. 2°- O mandato dos Membros do Conselho será de dois anos, permitida uma recondução por igual período

Art. 3°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PIUM, Estado do Tocantins, aos 31 dias do mês de março do ano de 2025.

Fernando Bellarmino da Silva
Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES PREFEITURA MUNICIPAL

EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato de Publicação. PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001/2024. CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE PIUM - TO, inscrito no CNPJ (MF) nº 01.189.497/0001-09. CONTRATADA: AVANTE INCORPORAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA inscrita n CNPJ: 10.739.938/0001-81. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO LED EM AVENIDAS E LOCAIS DESGNADOS, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INSTRA ESTRUTURA, adesão a Ata de Registro de Preços proveniente do Pregão PRESENCIAL nº 001/2024 da Prefeitura Mun. de Lagoa da Confusão - TO. VALOR ADERIDO : 50% DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO. FUNDAMENTAÇÃO: artigo 86 da lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Fernando Belarmino da SIlva, Prefeito Municipal de Pium - TO.

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 003/2025-PMP

Processo Administrativo: Nº 006/2025
Modalidade de Licitação: Chamada Publica Nº 001/2025-PMP
Objeto da Licitação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROGRAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA e demais Fundos DO MUNICIPIO DE PIUM-TO.
Partes: ADÃO PEREIRA ROCHA-ME inscrito no CNPJ sob o n.º 18.737.480/0001-33 e Município de Pium – TO, CNPJ 01.189.497/0001-09.
Data da assinatura do contrato: 13 de janeiro de 2025.
Recursos:
003.0002/04.122.0003.2006/339039/DC.39/FONTE 1.500.0000.0000000
Valor total: 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)
Vigência: após a homologação até 12 meses.
Fundamentação Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito de Pium – TO.

EXTRATO DE CONTRATO

5500882436304343931